

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

SUELEN VIRGILINO

**O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: Possibilidades, Desafios e
Importância da Intervenção Profissional - Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten.**

**FLORIANÓPOLIS – SC
2008**

SUELEN VIRGILINO

**O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: Possibilidades, Desafios e
Importância da Intervenção Profissional - Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, orientado pela Doutora Carla Rosane
Bressan.

**FLORIANÓPOLIS – SC
2008**

SUELEN VIRGILINO

**O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL: Possibilidades, Desafios e
Importância da Intervenção Profissional - Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten.**

Trabalho de conclusão de curso, aprovado como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do
Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio Econômico, da
Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis,dede.....

Prof^ª. Dr^ª. Carla Rosane Bressan
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Teresa Kleba Lisboa
1^a. Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Vera Herweg Westphal
2^a. Examinadora

Assistente Social Silvana Silveira Medeiros
3^a. Examinadora

*Dedico este trabalho às crianças e
adolescentes que fizeram parte da minha
vida durante o período de estágio no
Instituto Guga Kuerten.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, força maior, pela saúde plena para mais uma caminhada, por minha família e amigos.

Agradeço à minha avó materna, pelo carinho e dedicação, pelo exemplo de mulher, de vida e à minha mãe, pelo esforço e apoio de sempre, sem palavras...

Ao meu amigo, companheiro e namorado, por tudo. Pelo carinho, paciência e compreensão em todos os momentos. Pela grande parceria durante esses anos, muito obrigada!

À minha grande família, sei que torceram e torcem por mim.

Aos meus amigos e amigas de infância, de escola, de trabalho, de faculdade... aos meus verdadeiros e inesquecíveis amigos, essenciais na minha vida, obrigada!

A toda equipe profissional do Instituto Guga Kuerten pela receptividade e troca de conhecimento no período de estágio, pela amizade e respeito. Em especial, à supervisora de campo Assistente Social Juliana Garcia Hackebart, pessoa e profissional maravilhosa, que inicialmente me acolheu com muito carinho e ampliou meu olhar profissional com sua experiência.

À coordenadora social do IGK, Assistente Social Silvana Silveira Medeiros, pela oportunidade, confiança e incentivo de sempre.

Às crianças e adolescentes pelo carinho inesquecível, por proporcionarem um amadurecimento profissional e pessoal. Amei!

Agradeço a todos os professores por contribuírem no processo de formação profissional, especialmente a Prof^ª. Carla Rosane Bressan pela dedicação e disponibilidade para a orientação deste trabalho.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, neste processo e na realização de mais um sonho. Muito Obrigada!

*“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros
desaprendam a arte do vôo. Pássaros engaiolados são
pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los
para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono.
Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é
o vôo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados.
O que elas amam são pássaros em vôo. Existem para dar aos
pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não
podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O
vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.”*

Rubem Alves

RESUMO

A partir da experiência vivenciada no período de estágio curricular, no Instituto Guga Kuerten, percebeu-se as possibilidades e os desafios do exercício profissional frente às demandas que emergem no âmbito educacional. Através do trabalho interdisciplinar desenvolvido por esta instituição nas ações sócio-educativas com crianças e adolescentes e da aproximação com a Escola que os mesmos frequentam, foi possível evidenciar a importância do Serviço Social na Política Educacional. Partindo do pressuposto que a Educação é um direito social e como tal pertencente à política social, iniciamos apresentando, através do levantamento bibliográfico o contexto de construção das Políticas Sociais, a intervenção do Estado e da Sociedade Civil. Os aspectos históricos mais relevantes que alteraram a Política Educacional e os efeitos do neoliberalismo nesta política. Posteriormente, discorremos acerca da inserção do profissional do Serviço Social na Educação, com vistas a refletir e discutir a contribuição da categoria para a garantia desse direito. A análise da experiência de estágio dá continuidade à contextualização do fazer profissional nas instituições de cunho educacionais, principalmente no campo da ação complementar à escola desenvolvida pelo Instituto Guga Kuerten. Ressaltamos as especificidades da profissão a partir do projeto de intervenção profissional realizado no campo de estágio, onde demarca-se um papel inovador e fundamental nesta área. Como método para identificar a efetividade dos objetivos específicos desse projeto, principalmente quanto ao papel assumido pelo Serviço Social junto à equipe multiprofissional, trabalhou-se com questionamento aberto e descritivo avaliando a atuação e a contribuição do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional do Instituto Guga Kuerten, especificamente no Núcleo São José. Responderam por escrito a avaliação os educadores que compunham este Núcleo, das áreas da Biblioteconomia, Educação Física, Psicologia, Pedagogia e do Tênis, totalizando sete avaliações. Estas foram analisadas utilizando-se como instrumento metodológico de caráter qualitativo a análise de conteúdo, no qual identificamos categoria e subcategorias que reafirmaram a importância do exercício profissional do Serviço Social nas instituições educacionais. As referidas respostas possibilitaram ampliar nossas reflexões sobre o fazer profissional em um espaço educativo, principalmente quanto à responsabilidade ética, posicionamento político e específico da profissão frente à equipe do núcleo, às famílias e a escola.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional. Serviço Social. Atuação Profissional. Trabalho Interdisciplinar.

ABSTRACT

From the experience in curriculum training period, the Institute Guga Kuerten, realized the possibilities and challenges of professional practice in front of the demands that emerge in education. Through interdisciplinary work developed by this institution in the social-educational activities with children and adolescents and closer to the school, it was possible to highlight the importance of Social Services in Educational Policy. When considering the right to education and social policy, originally presented by bibliographic the context of social policies, the intervention of the State and Civil Society. The most relevant historical aspects that changed the Educational Policy and the effects of neoliberalism in this policy. Later, after about the professional insertion of the Service in Education, aiming to reflect and discuss the contribution of the category to guarantee that right. The analysis of the experience of probation will continue to do business in the context of educational institutions, in action complement the school developed by the Institute Guga Kuerten. We emphasize the specifics of the profession from the project to Professional intervention carried out in the field of probation, which demarcates is an innovative and crucial role in this area. As a method for evaluating the effectiveness of specific objectives of this project, immediately launched an open question wording and the team to assess the role and contribution of Social Services in the area of socio-occupational Institute Guga Kuerten, specifically in San Jose replied Nucleus a written assessment that the educators this core component, the areas of librarianship, Physical Education, Psychology, Pedagogy and Tennis, totaling seven evaluations. These were analyzed using as a methodological tool for the qualitative character of Content Analysis, which identified categories and subcategories that reaffirmed the importance of exercise training of Social Services in educational institutions. Those answers allowed broaden our thinking about the exercise in a professional education area, especially the ethical responsibility, and specific political positioning of career front of the team's core, families and schools.

KEY WORDS: Educational Policy. Social Service. Professional Practice. Interdisciplinary work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Fotografia externa e interna da “IGKombi” – Biblioteca Itinerante do IGK.....	48
Figura 02 - Fotografia da Oficina Cultural - interpretação teatral a partir dos clássicos da literatura infantil disponíveis na “IGKombi”	55
Figura 03 - Fotografia da Primeira Reunião com Pais do Núcleo São José.....	60
Figura 04 - Fotografia da “Semana da Família no Núcleo São José”	66

LISTA DE SIGLAS

AC – Análise de Conteúdo

ACM – Associação Catarinense de Medicina

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ASTEL - Associação Esportiva e Social de Florianópolis

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FAPS – Fundo de Apoio a Projetos Sociais

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IGK- Instituto Guga Kuerten

IGKombi – Biblioteca Itinerante do IGK

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

ONG's – Organizações Não Governamentais

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PRONAICA- Programa Nacional de Atenção Integral a Criança e Adolescente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 POLÍTICAS SOCIAIS: a educação como direito social no Brasil.....	15
1.1 O Contexto das Políticas Sociais: a intervenção do Estado e da sociedade civil.....	15
1.2 A Política Educacional no Brasil: apontamentos necessários.....	25
2 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL.....	34
2.1 O Serviço Social no Âmbito Educacional.....	34
2.2 Possibilidades e Desafios para a Intervenção Profissional na área da Educação.....	37
3 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN: AÇÃO EDUCATIVA COMPLEMENTAR À ESCOLA.....	43
3.1 O Instituto Guga Kuerten: conhecendo o espaço institucional.....	43
3.2 O Serviço Social no Instituto Guga Kuerten.....	49
3.3 O Trabalho Interdisciplinar: a atuação profissional como educadora social.....	53
3.4 O Serviço Social como Mediador: educação interativa entre projeto social, famílias e escola.....	58
3.5 O Reconhecimento do Serviço Social: avaliação da equipe profissional.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	82
APÊNDICES.....	87
APÊNDICE - A.....	88
APÊNDICE - B.....	91

INTRODUÇÃO

A atuação profissional a partir da prática de estágio curricular desenvolvida no Instituto Guga Kuerten – IGK no período de julho de 2007 a junho de 2008, possibilitou uma análise e reflexão acerca do exercício profissional do Serviço Social na área da educação. As idéias aqui delineadas são resultados da especificidade da profissão neste espaço sócio-ocupacional, onde realiza-se ações complementares à escola com vistas a contribuir no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

O Instituto Guga Kuerten é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico que desenvolve ações educacionais, esportivas e sociais. O Serviço Social nesta instituição, entre outras funções, integra à equipe multiprofissional com o objetivo de desenvolver trabalhos interdisciplinares educativos através do esporte, da cultura e do lazer. Realizam-se ações que visam à integração dos eixos: projeto, família e escola, uma vez que o ato de educar ultrapassa o espaço físico das salas de aula e da escola, abrangendo os demais espaços sociais e as diferentes culturas da sociedade.

A interação com as crianças e adolescentes, famílias e escola, na qual estão inseridos, evidenciou a necessidade da inserção do Serviço Social nas instituições de ensino, já que as demandas emergentes tanto no projeto quanto na escola são pertinentes ao fazer profissional e delinearão o olhar particular da profissão perante a equipe multiprofissional do Núcleo São José e junto à direção da escola José Matias Zimmermann. Esta interação proporcionou uma reflexão acerca das possibilidades de intervenção profissional nas escolas, não como atuação isolada, mas como um profissional necessário a integrar à equipe de profissionais das instituições educacionais numa perspectiva interdisciplinar. Segundo Fleuri (2008), é fundamental potencializar e promover a socialização de conhecimentos, “é a interação no grupo que dá a direção para o processo educativo” (p.67).

Desta forma, com o objetivo de ressaltar a importância do Serviço Social na Educação e apresentar as possibilidades e os desafios da profissão em espaços educacionais, o presente trabalho foi estruturado em três seções para melhor contextualização e reflexão da temática. Na primeira seção, a partir da concepção da Educação como política e direito social no Brasil, apresentamos o contexto das Políticas Sociais na lógica da intervenção do Estado e da sociedade civil, com o propósito de analisarmos a trajetória da política educacional brasileira frente às alterações provocadas pelo modelo econômico neoliberal. Destacamos as principais

Leis que regulamentaram a Educação, o histórico-social desta Política e a atual complexidade da realidade da educação no país.

Compreender a Educação, o ato de educar, como inerente ao ser humano, como parte do processo de interação entre dois ou mais indivíduos, que se efetiva na troca de saberes individuais e culturais, vai para além da concepção do ensino institucionalizado, se faz presente no âmbito familiar e é disseminada nas inter-relações sociais. Assim, o educando ao integrar o sistema educacional, já traz consigo uma bagagem cultural da experiência vivenciada até o momento, da sua realidade particular.

É neste sentido, que na segunda seção demarcamos uma reflexão referente à inserção do Serviço Social no âmbito educacional. Através da pesquisa bibliográfica, considerando a insuficiência teórica sobre o exercício profissional nesta área, discorremos sobre as possibilidades e os desafios de atuação profissional nas instituições educacionais, com a finalidade de pontuarmos o fazer específico dos assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional e na contribuição com os demais profissionais envolvidos no processo educativo, especialmente na busca da efetividade desta política quanto à emancipação dos sujeitos.

Na terceira, e última seção, reafirmamos a importância do Serviço Social na Educação a partir da análise descritiva da experiência de estágio curricular através da contextualização do fazer profissional do Serviço Social na ação complementar à escola desenvolvida pelo Instituto Guga Kuerten. Inicialmente apresentamos o histórico, as ações sociais realizadas por esta instituição e a caracterização do Serviço Social neste espaço. Posteriormente, enfatizamos a atuação do Serviço Social como integrante de uma equipe de educadores no desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares com crianças e adolescentes do Núcleo São José, no qual destacamos o papel profissional nas relações e processos de grupo, e ainda, como essencial mediador dos eixos projeto, família e escola.

Para ressaltar a importância e impulsionarmos o debate acerca da contribuição do Serviço Social em espaços educacionais, como finalização da última seção deste trabalho, apresentamos a avaliação dos profissionais que compunham a equipe de educadores do Núcleo São José quanto à atuação do Serviço Social no trabalho interdisciplinar. Ao questioná-los de que forma o Serviço Social contribuiu ou não para este trabalho, obteve-se por escrito sete avaliações, nas quais foram analisadas metodologicamente pela técnica de análise de conteúdo.

Esta técnica nos possibilitou eleger como categoria principal o trabalho interdisciplinar e ainda subcategorias explícitas e implícitas nas respostas dos educadores, nas quais pontuamos: as informações sobre a realidade social, necessidade e importância do Serviço Social, o olhar específico desta profissão, a mediação e a ética profissional. A partir desta seleção, a reflexão contextual decorre-se acerca da inserção do Serviço Social na área da educação, enquanto profissional coerente às especificidades da profissão, e componente fundamental de uma equipe multiprofissional nesse espaço sócio-ocupacional.

E, finalmente, buscamos desenvolver algumas considerações referente às possibilidades, desafios e importância do Serviço Social no espaço educacional, com vistas a contribuir para futuras discussões e reflexões junto à categoria profissional.

1 POLÍTICAS SOCIAIS: a educação como direito social no Brasil

1.2 O Contexto das Políticas Sociais: a intervenção do Estado e da sociedade civil

Associada ao processo de constituição da sociedade capitalista, as Políticas Sociais no decorrer das transformações econômicas, políticas e sociais se constituíram em formas e/ou mecanismos de intermediação da relação Estado/Sociedade. Produzidas como exigência histórica resultante da relação capital/trabalho, com o objetivo de manter a acumulação do capital e ao mesmo tempo de atender as demandas legítimas dos trabalhadores.

Quanto às origens da política social, Behring e Boschetti (2006), afirmam que não se pode indicar com precisão um período específico, mas que ocorreu como resultado da ascensão do capitalismo e da Revolução Industrial, dos primeiros movimentos de trabalhadores e das lutas de classe na Europa ocidental no final do século XIX.

Nas sociedades pré-capitalistas as forças de mercado não eram privilegiadas, o Estado assumia algumas responsabilidades sociais, com o intuito de apenas manter a ordem social ao lado da caridade privada e iniciativas assistenciais, nas quais, segundo Behring e Boschetti (2006:47), podem ser identificadas como “protoformas de políticas sociais”. Já na sociedade capitalista burguesa, o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, passa a constituir relações de produção de valores, mercadoria para a acumulação do capital. Portanto,

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 51).

O princípio do trabalho como mercadoria e sua regulação pelo livre mercado, caracterizam o período predominantemente do liberalismo, correspondente a meados do século XIX até a terceira década do século XX. Neste período há reduzida intervenção estatal na forma de políticas sociais e ocorre a preponderância de princípios, elementos essenciais do liberalismo, como o individualismo, a liberdade, a competitividade, autonomia e a naturalização da miséria. O Estado, para os liberais, deve regular as relações sociais com

vistas a garantir a liberdade individual, a propriedade privada e assegurar o livre mercado, ou seja, a manutenção de um Estado mínimo. As políticas sociais para os liberais “estimulam o ócio e o desperdício”, devem ser um paliativo, assegurando a assistência mínima, apenas para os que não tem condições de competir no mercado de trabalho. (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 62).

Do ponto de vista das lutas da classe trabalhadora e a origem da política social, Behring e Boschetti (2006) destacam que esses princípios defendidos pelos liberais contribuíram para a resposta dada à questão social - então emergente - de forma repressiva referente às demandas da classe trabalhadora. No contexto europeu as primeiras iniciativas de políticas sociais, podem ser entendidas na relação de continuidade entre Estado liberal e Estado social, pois não houve ruptura entre estes, e sim, uma mudança significativa na perspectiva de Estado, no qual assumiu um caráter mais social, porém sem colocar em risco os fundamentos do capitalismo. Assim,

O surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entres os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 64).

Nos países em que o Estado assumiu o papel de “intermediação”, passou a ser chamado de “Estado de Bem-Estar Social” com a função de produzir e distribuir os serviços sociais por meio de um sistema de proteção social responsabilizando-se pelo bem-estar da sociedade, deste modo o Estado capitalista do pós-guerra passa a ser chamado de Estado de Bem-Estar ou *Welfare State*.

Os processos de formação do *Welfare State* desenvolvidos em diversos países teve distintos padrões e condições sócio-políticas, nas quais corresponderam às diferentes e complexas dimensões do padrão de proteção social. Para Pereira (1998, p.60), ao falarmos de política social estamos nos referindo às modernas funções do Estado capitalista - de produzir, instituir e distribuir bens e serviços à sociedade, a partir de um padrão de organização social e política, diferente dos parâmetros que anteciparam o período da Segunda Guerra Mundial.

A questão social e a crise econômica mundial da primeira metade do século XX foram os impulsos históricos decisivos para o desenvolvimento da política social integrante do *Welfare State*. A base conceitual dessa política integra um complexo político-institucional

compreendido assim como “seguridade social” – conceito inaugurado na Inglaterra na década de 40¹ por William Beveridge que estabeleceu, de fato, um sistema unificado de proteção social, além de contemplar os indivíduos fora do mercado de trabalho, previa a aposentadoria e acatava demandas no campo da saúde e educação.

Os modelos de política social no contexto europeu, bismarckiano² e beveridgiano, influenciaram os padrões de proteção social em diversos países, o primeiro implementado pelo chanceler Bismarck na Alemanha (1815-1897) como forma de seguro social obrigatório, através de contribuições para garantir o seguro saúde, de acidentes de trabalho e para aposentadoria, sendo que os trabalhadores de baixa renda estavam isentos de contribuição. O segundo, proposto por Beveridge na Inglaterra (1943), visava à garantia de renda em eventualidades de perda desta, como desemprego, velhice, doença, morte, nascimento, invalidez, um modelo de seguridade social sem prévia contribuição do trabalhador.

No âmbito europeu, o Estado de Bem-Estar Social pode ser interpretado como resposta a dois processos fundamentais: a expansão do capitalismo “e o movimento que vai, da formação do Estado Nacional à sua transformação em democracia de massas a partir dos últimos decênios do século XIX” (DRAIBE, 1993, p. 9). Após a Revolução Industrial e suas conseqüências desastrosas no modo de produção e vida da classe operária, esta passa a reivindicar através de movimentos organizados e da consciência de classe, seus direitos referentes à melhores condições de trabalho e serviços sociais.

A crise econômica e o acentuado aumento do desemprego dá abertura ao Estado para a efetiva intervenção na economia e na sociedade. Segundo Pereira (1998), nesse contexto, diferentes países europeus entre os anos 40 e 70, constituíram como conjunto de medidas de proteção social, que podem ser compreendidos como “os pilares do *Welfare State*”, ou seja:

[...] políticas de pleno emprego, serviços sociais universais, extensão da cidadania e o estabelecimento de um umbral [sic] sócio-econômico, considerado condigno pela sociedade, abaixo do qual a ninguém seria permitido viver [...] (p. 61).

¹ [...] A Inglaterra, no pós-guerra, como resposta preventiva a novas crises, por influencia de Keynes, e sob elaboração de Beveridge, adotou um sistema de proteção social para todas as eventualidades de perda de renda [...] O Plano Beveridge pressupunha a formação de um sistema complexo e completo de proteção social na ausência do salário que deveria ser fruto do pleno emprego (FALEIROS, 1982, p. 45).

² [...] Este modelo instituiu-se na Alemanha no governo do chanceler Otto Von Bismarck, as iniciativas tomaram a forma de seguro público obrigatório, destinado a algumas categorias específicas de trabalhadores e tinham como objetivo desmobilizar as lutas da classe trabalhadora [...] O modelo bismarckiano é identificado como sistema de seguros sociais, pois suas características assemelham-se à de seguros privados. Em relação aos direitos, os benefícios cobrem principalmente os trabalhadores contribuintes e suas famílias [...] (BEHRING e BOSCHETTI, 2006, p. 65-66).

Draibe (1993) ao analisar distintas definições sobre o *Welfare State* destaca elementos comuns a estas, tais como: a referência à ação estatal na organização e implementação das políticas sociais; a relação entre o Estado e o Mercado; e ainda, a noção de substituição de renda como patamar mínimo para a satisfação das necessidades sociais vitais dos indivíduos e das famílias.

No Brasil as políticas sociais estão marcadas pelos traços que caracterizaram nossa formação capitalista, ou seja, tardia, através de decisões pelas elites, corrupções e exclusão das massas populares. Estão marcadas ainda, pelas formas de produção econômica e sua origem tem relação direta com a condição de país colonizado, colônia de exploração, voltada para fornecer matéria prima aos países europeus em processo de industrialização.

Para Draibe (1993) o que distingue o quadro histórico do *Welfare State* nos países desenvolvidos do nosso é que enquanto nos países europeus as políticas sociais de bem-estar social surgem simultaneamente a uma situação de pleno emprego, no Brasil além dos baixos salários não há empregos regulares para uma expressiva camada da sociedade. “O capitalismo brasileiro assinala um caminho conservador de edificação do “*Welfare State*” praticamente negando o bem-estar prometido pelo progresso econômico” (p.31).

Behring e Boschetti (2006) destacam que a origem da política social no Brasil não acompanha o mesmo tempo histórico dos países de capitalismo central, pois no período escravista do século XIX não houve uma radicalização das lutas operárias, ou formação de partidos e organizações fortes. Somente após o fim da escravidão com a dificuldade frente à inclusão dos escravos livres ao mundo do trabalho e as crescentes manifestações da questão social, como o pauperismo e a iniquidade, é que foram impulsionadas as primeiras lutas de trabalhadores a partir da primeira década do século XX e iniciativas de legislação voltadas ao mundo do trabalho formal.

No período de 1930 a 1960, as políticas sociais brasileiras desenvolveram-se direcionadas apenas aos trabalhadores formais³, com o propósito de garantir a força de trabalho adequada às exigências do mercado emergente. Já no período da ditadura militar as políticas sociais tiveram a finalidade de legitimar o sistema autoritário vigente, no qual buscava bases sociais para manter-se no poder, com caráter fragmentário, setorial e emergencial. Para Draibe (1993), referente ao período 30/43, a produção legislativa foi fundamentalmente à criação de Institutos de Aposentadorias e Pensões, à legislação

³ As políticas sociais neste período ficaram vinculadas ao trabalho formal, na qual tinha acesso aos benefícios previdenciários o trabalhador contribuinte, ficava protegido apenas quem contribuía.

trabalhista consolidada em 43 e as importantes alterações nas áreas de política, de saúde e de educação.

Na medida em que o país se industrializava, o Estado disseminava a ideologia de que o desenvolvimento social dependia exclusivamente do desenvolvimento econômico. De 1964, com o golpe militar, a 1988, houve o grande avanço econômico, com a expansão da produção, a modernização e a abertura ao capital estrangeiro. No entanto, nas décadas de 80 e 90, foi um período de recessão econômica com diversas tentativas de conter a inflação, o que aumentou as desigualdades sociais, a pobreza, e consequentemente, a demanda das políticas sociais. Estas políticas configuraram-se com caráter assistencialista e clientelista, coerentes com o desenvolvimento econômico excludente e conservador.

Ainda na década de 80, no período que antecedeu a Constituição de 1988, o cenário brasileiro estava focalizado no crescimento e desenvolvimento econômico do país. Os direitos sociais eram restritos a classe trabalhadora urbana com pouca participação da sociedade e do Estado na execução dos direitos. Vale ressaltar que a Educação era um dos poucos direitos sociais universais legitimados antes desta constituição. Neste período (1980), as expressões da questão social (fome, miséria, desemprego, etc.) eram amenizadas pelas organizações privadas com ações filantrópicas e assistencialistas. A seguridade social era uma forma de seguro apenas do trabalhador formal, na qual compreendia somente a previdência e a saúde diante de contribuição, uma política social focalista e restritiva.

No decorrer desta década, a sociedade passa se organizar, os movimentos sociais surgem com força exigindo seus direitos ao Estado, que pressionado pelas massas populares elabora a Carta Constitucional em 1988 ampliando os direitos civis, políticos e sociais. Dentre os direitos sociais conquistados temos: os direitos iguais aos trabalhadores urbanos, rurais e domésticos; universalização do ensino fundamental e gratuidade do ensino público em todos os níveis; reconhecimento da assistência social como componente da seguridade social; acesso universal à saúde etc.

A partir da Carta Constitucional de 1988, a seguridade social no Brasil estabeleceu-se no tripé da Previdência, da Saúde e Assistência, a primeira através da contribuição pelo trabalhador e a saúde e assistência social como princípio universal, a todos os cidadãos independente de contribuições. A sociedade civil passou a ter direito a participação, houve a democratização das Políticas Sociais do Estado (Constituição Federal de 1988, Capítulo II).

Em 1993 foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Nº 8.742) com o objetivo de regulamentar e explicar os artigos 203 e 204 da Constituição de 88, nos quais trazem a Assistência Social como Política Social, direito de todos e dever do Estado:

Artigo 203 - A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Artigo 204 – As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no artigo 195, além de outras fontes, e organizadas nas seguintes diretrizes:

I descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e a execução dos dois respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como entidades beneficentes e de assistência social;

II participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (Constituição Federal de 1988). “

Segundo a LOAS/1993, a Assistência Social é um direito social universal e dever do Estado, deve garantir aos cidadãos em risco social, os mínimos necessários a sua sobrevivência, através de medidas e programas que assistam estas necessidades, favorecendo os direitos da criança e do adolescente, assim como os da família. A Assistência Social como política de proteção social deve operar preventiva e protetivamente nas situações de risco social, vulnerabilidade social, na garantia de direitos por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. Além de provisões materiais deve afiançar meios para reforço da auto-estima, autonomia, inserção e inclusão social, estímulo à participação, equidade, emancipação e conquista da cidadania.

Apesar dessas mudanças e conquistas apresentadas pelo período de redemocratização do país, na década de 90 com o fortalecimento da política neoliberal, o Estado afastou-se de seus deveres com a área social. Foi uma década marcada pela crescente globalização e neoliberalização da economia, com a retração do Estado junto aos serviços sociais, programas e políticas sociais.

Para Teixeira (2001) ao mesmo tempo em que o Brasil buscava produzir uma espécie de Estado de Bem-Estar Social, o quadro sócio-político mundial se alterava significativamente com a crescente hegemonia do neoliberalismo, no qual o Brasil foi também envolvido por uma atuação política fundamentada na perspectiva neoliberal. As primeiras propostas de Reforma do Estado visavam a atender aos preceitos do chamado “Consenso de Washington”, ou seja, de um programa de estabilização e de reforma das economias dos países periféricos, chancelados pelos principais organismos financeiros internacionais, tendo como estratégias neoliberais à estabilização macroeconômica, a reestruturação dos sistemas de previdência pública, a privatização das empresas estatais e o crescimento econômico. Os governos brasileiros não deixaram de cumprir, durante os anos 90, criteriosamente esta cartilha mesmo em grande contradição com o conteúdo e os princípios presentes na Constituição de 1988, razão pela qual esta tem sofrido inúmeras emendas e violações. Segundo Bressan (2006),

Na América Latina, a virada para o neoliberalismo vai ocorrer em meados dos anos 80, mediada pelas características políticas e econômicas da região: o forte autoritarismo político e a pobreza. É o momento da apologia neoliberal do Estado mínimo, cujo mote tem sido a privatização das empresas estatais e da seguridade social, com uma redução drástica da atuação pública no campo das necessidades sociais. Trata-se de um Estado que atende minimamente as necessidades dos trabalhadores e, em contrapartida, prioriza atender os interesses do grande capital (p.17-18).

A ideologia neoliberal incitou a sociedade para dar respostas às problemáticas sociais emergentes, o comprometimento agora não é apenas do Estado e sim da sociedade civil em geral, ocorre desta forma uma mercantilização e refilantropização dos serviços sociais. Os serviços públicos essenciais como a saúde, habitação, educação e outros, tornam-se concorrência para os setores privados sob a condução do mercado.

No final da década de 90, acentuam-se as expressões da questão social com crescente demanda às políticas sociais, o Estado retraído com relação às políticas públicas dá abertura para a expansão do Terceiro Setor⁴ em favor ao setor econômico. As diferentes instituições

⁴ Segundo Coelho (2002), [...] a literatura agrupa nessa denominação todas as organizações privadas, sem fins lucrativos, e que visam à produção de um bem coletivo. Os autores que a ele recorrem consideram o mercado como primeiro setor e a área governamental como segundo, e essas organizações – que têm características dos dois setores – vêm a ser o terceiro setor [...] (p. 58-59). Costa (2005) destaca alguns conceitos que são trabalhados por diferentes autores, estudiosos do assunto: “[...] por Terceiro Setor entenda-se [...] a sociedade civil que se organiza e busca soluções próprias para suas necessidades e problemas, fora da lógica do Estado e do mercado. (RODRIGUES, 1998 p.31). [...] o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a

pertencentes a este setor, no entanto, devem estar em conformidade com a lei segundo os preceitos do artigo 3º da LOAS/1993, no qual considera “entidades ou organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos”. Desta forma, essas instituições que trabalham na defesa e garantia de direitos passaram a ser consideradas entidades de assistência social.

As organizações do Terceiro Setor estão relacionadas com os diferentes papéis que o Estado assume frente ao desenvolvimento capitalista. Em decorrência do desmonte do papel do Estado, no decorrer dos anos 90, a crise no mundo do trabalho alterou significativamente as demandas sociais. O desemprego estrutural, a fome, a violência, a precariedade na saúde e educação, a redução e ineficácia das políticas públicas, implicaram no avanço de organizações da sociedade civil em busca de respostas às problemáticas sociais.

De acordo com Paz (1997), o Terceiro Setor engloba as organizações sem fins lucrativos, não-governamentais, grupos civis organizados em associações, ou entidades sociais, de forma voluntária ou profissionalizada, com caráter de instituições privadas, mas com funções de interesse público. Um setor da sociedade fora do governo e do mercado, um conjunto de organizações de iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Incluem ações de diferentes sujeitos muitas vezes antagônicos, como a filantropia, a ação caritativa, os movimentos sociais, associações comunitárias, os trabalhos comunicativos, os trabalhos educativos, organizativos e de assessoria técnica, as ONG's (Organizações Não-Governamentais), as iniciativas empresariais filantrópicas e religiosas.

No Brasil, as ONG's começam a se estruturar nas décadas de 1960 e 1970, no período de ditadura militar com caráter diferenciado das atuais instituições. As ONG's deste período se constituíram a partir dos crescentes movimentos sociais de resistência a opressão do governo e na luta pelos direitos sociais, com um projeto político de fortalecimento da sociedade civil.

práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES, 1997 p.27). [...] Essas organizações não fazem parte do Estado, nem a ele estão vinculadas, mas se revestem de caráter público na medida em que se dedicam a causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e sim o atendimento das necessidades da sociedade. (TENÓRIO, 2001 p. 07)”.

Com o desenvolvimento das políticas sociais de cunho neoliberal no Brasil, a responsabilidade de dar respostas à questão social foi transferida para o Terceiro Setor, no qual as ONG's passam também a assumir esta função, isso fez com que, em muitos casos, abandonassem a postura crítica e posição política constituídas no período de sua formação na sociedade. Um grande número delas volta-se para o atendimento social dando suporte ao Estado, ao contrário da oposição e pressão que marcaram o início destas relações.

Assim, passaram a assumir outro papel social, muitas consolidando-se nos anos 90 no desenvolvimento de ações e serviços assistenciais, em certos casos voltadas à prevenir a desestruturação social, em decorrência do aumento das desigualdades sociais e do afastamento do Estado de suas atribuições específicas fundamentado na perspectiva neoliberal.

O Terceiro Setor (genericamente falando) ganha importância durante a Reforma do Estado do Governo FHC devido à intensa participação dessas organizações nas políticas sociais. O Estado, com a estratégia de reduzir os gastos sociais, passou a direcionar parte dos recursos públicos da Política Nacional de Assistência Social para estas organizações, para que se responsabilizassem pela sua execução.

Com a Lei 9.790/99 de 1999, efetiva-se a possibilidade das pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos serem qualificadas, pelo Poder Público, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's, passando a se oficializar a "parceria" de atuação com o Estado. São organizações da sociedade civil que, no caso desta parceria, tem possibilidade de acessar recursos públicos para o desenvolvimento de suas finalidades, dividindo com o Estado os encargos administrativos, e responsabilizando-se pela prestação de contas.

Além de serem isentas de contribuições tributárias, as OSCIP's podem contar com doações de pessoas jurídicas, empresas, que se beneficiam tanto pela publicidade envolvida quanto pela dedução no Imposto de Renda com o limite de 2% sobre o lucro operacional das doações efetuadas às OSCIP's.

No entanto, é necessário que o estatuto dessas organizações atenda à regulamentação e procedimentos específicos das OSCIP's, dentre estes ter objetivos sociais que atendam a pelo menos uma das finalidades dispostas na lei, como:

- I. promoção da assistência social;
- II. promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV. promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V. promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI. defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII. promoção do voluntariado;
- VIII. promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- IX. experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- X. promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
- XI. promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
- XII. estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo (Art. 3º da Lei 9.790/99).

Atualmente as OSCIP's atendem de forma diversificada as demandas emergentes, principalmente voltadas para crianças e adolescentes. Desenvolvem trabalhos significativos complementares às precárias ações do Estado, como: reforço escolar, aulas de música, dança, teatro, esporte, lazer, atividades culturais e outros. Assumem o papel de parceiras nas políticas públicas, algumas de forma assistencialista com atendimentos emergências deixando de, junto às demais organizações da sociedade civil e com os próprios usuários, mobilizarem-se para pressionar o Estado na efetivação de políticas sociais universais e de qualidade para os cidadãos.

Frente às políticas sociais afetadas pelo descaso do Estado na execução e qualificação das políticas públicas, a Política Educacional é um exemplo materializado dessa posição do Estado, uma vez que este almeja apenas a recuperação e desenvolvimento econômico do país. A educação, como as demais políticas sociais, vem recebendo influências da lógica neoliberal, a mercê da regulação do mercado através da expansão de instituições de ensino privado. A desqualificação do ensino público acarreta na não-garantia da educação como direito social, nesse processo de enfraquecimento das políticas sociais é que emergem da sociedade civil respostas de apoio complementar ao Estado.

É nessa perspectiva, que no próximo item apresentaremos os aspectos históricos mais relevantes que alteraram a Política Educacional e os efeitos do neoliberalismo nesta política.

1.2 A Política Educacional no Brasil: apontamentos necessários

Na sociedade capitalista, a Educação como política social, se põe como produção e reprodução das relações de classe. As contradições existentes dessas relações se fazem presentes nesta política dada a sua permanência histórica e social. Para Ponce (1986),

Nada mais adequado para mostrar as contradições que existem na burguesia do que citar essas duas atitudes tão distintas no plano pedagógico: de um lado, a necessidade de instruir as massas, para elevá-las até o nível das técnicas da nova produção e, do outro, o temor de que essa mesma instrução se torne cada dia menos assustadiça e menos humildes. A burguesia solucionou esse conflito entre os seus temores e os seus interesses dosando com parcimônia o ensino primário e impregnando-o de um cerrado espírito de classe, como para não comprometer, com o pretexto das “luzes”, a exploração do operário, que constitui a própria base da sua existência (p. 150).

Ao considerarmos que não é possível pensarmos na educação isoladamente, e sim, como um conjunto totalizante dessas relações, fazemos então uma análise dos propósitos e do funcionamento do Estado de modo especial no que se refere à educação como Política Social no Brasil.

O capitalismo monopolista, não controlando as conseqüências de um amplo sistema de reprodução, busca mecanismos políticos para amenizar a gravidade disseminada pelo próprio mercado. Nessa contradição, preside à alocação dos bens e serviços públicos e à função técnica e política da educação. Dessa forma, essa política tende a contribuir para a reprodução das relações de produção, difundir a ideologia dominante, a fim de manter a relação capital/trabalho.

Sobre essa relação, Enguita (1989) enfatiza que a educação escolarizada prepara os indivíduos para incorporar as relações sociais de produção, os sujeitos envolvidos nesse processo são conduzidos a aceitar o mercado de trabalho, responsabilizando-os pelas suas condições e posição na sociedade. O capitalismo deu forma a escolarização como caminho para o trabalho e subordinação dos trabalhadores, “domesticação da humanidade a serviços dos poderosos” (p. 131). Segundo Ponce (1986) a educação sempre esteve a serviço das classes dominantes e está ligada estreitamente à estrutura econômica das classes sociais, em cada momento histórico constituindo-se como reflexo dos interesses e aspirações dessas classes.

No contexto histórico brasileiro, a educação passa a existir como fator estratégico do desenvolvimento e fortalecimento dos modelos econômicos e políticos do país. De acordo com Freitag (1980) no período colonial a educação reproduzia a ideologia política e religiosa, o domínio dos portugueses (brancos) sobre os indígenas e negros escravos. No final deste período, a educação reproduz a constante e persistente estrutura de classes, de dominação e exploração. A partir da República, a educação cada vez mais reforça a função de estruturar o poder e com o Estado Novo já começa a assumir todas as funções na sociedade capitalista moderna inclusive a de reprodução da força de trabalho.

Segundo a referida autora, com a modernização e o crescimento econômico após 1930, a educação é vista como forma de colaborar com o sistema produtivo que passou a exigir mão-de-obra qualificada e com mínimos de habilidades. Era preciso reduzir o analfabetismo não em função da educação, mas como uma importante questão política e econômica para o país. O sistema educacional no Brasil sempre esteve diretamente associado à situação econômica, assim como a trajetória das demais políticas sociais. Na época em que o modelo da economia brasileira estava condicionado a agroexportação, pouco era a preocupação do Estado com o ensino básico para a população. A partir da Revolução de 30, com a nova ordem político-econômica baseada na expansão do capitalismo industrial o Estado percebe a necessidade de algumas mudanças educacionais, já que então, necessitaria de uma população com determinado grau de instrução. As decorrentes transformações econômicas refletiam diretamente na população e na classe operária, que passam a exigir do Estado intervenções políticas.

Na mesma década, foi criado o Ministério da Educação e Saúde que efetivou algumas reformas, segundo Romanelli (1987) organizou a base da educação em um sistema nacional, pois o que existiam eram sistemas estaduais sem articulação com o sistema central, ou seja, alheios a uma política nacional de educação. O que na Constituição de 1934 estabelecia a educação como dever do Estado, com o estabelecimento do Estado Novo e a Constituição de 1937, o dever do Estado passa a uma ação meramente supletiva, conforme é enfatizado no artigo 129, no qual cabe ao Estado assegurar a educação apenas àqueles que não conseguirem recursos para o acesso às instituições de ensino particulares. Somente com a Constituição de 1946, a educação passa a ser um direito de todos, isto é, assegurada como um direito social. A escola primária é obrigatória, de responsabilidade do poder público e de livre à iniciativa particular.

Já o ensino médio profissionalizante e escolas técnicas, foram criados segundo Freitag (1980) com o propósito de responder a demanda crescente do capitalismo industrial, ou seja, preparar a população da classe baixa para o trabalho que agora torna-se industrializado. O ensino superior era apenas para a especialização de jovens das classes média e alta. O propósito do Estado com a criação destes cursos foi o de formar profissionais de diferentes especialidades para atuação no mercado de trabalho e ainda evitar conflitos sociais surgidos da falta de vagas, já que apontava a educação superior como o único meio para ascensão social.

No entanto, a oferta de escolas não foi o suficiente, o sistema educacional não acompanhou a expansão econômica e as mudanças socioculturais de modo a acarretar no aspecto estrutural e quantitativo da educação brasileira. Com o crescimento da crise na estrutura educacional, no qual a grande maioria da população foi excluída, cresce também as reivindicações da sociedade pelo direito ao acesso e qualidade à educação.

Com o processo de redemocratização na década de 80 a política educacional sofre importantes alterações no que se refere ao direito e garantia da educação pública em todos os níveis. Este processo de transição democrática, de intensa mobilização popular no país, foi responsável também pela regulamentação do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este artigo representa a conquista de um direito social para a sociedade civil, até mesmo para aqueles cidadãos que não tinham acesso ao ensino público, ao direito e a liberdade de educação como forma de desenvolvimento pessoal e de cidadania, tal qual o Estado tem a total responsabilidade de garanti-lo. Apesar da política educacional prever a educação como direito universal, sabe-se que a oferta do sistema público em todos os níveis ainda está a quem de uma educação inclusiva e de qualidade.

A regulamentação dos direitos previstos na CF de 1988 foi realizada pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) que além de reafirmar o direito à educação, já previstos na constituição e posteriormente no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) também estabeleceu diretrizes e bases para a educação nacional em todos os níveis e modalidades, tendo características básicas de flexibilidade,

abertura e inovações importantes para a educação nacional, porém pode-se observar que igualmente recebeu influências da perspectiva neoliberal, conforme citado anteriormente.

A educação é considerada pela LDB como o processo de aprendizagem e de socialização, que se desenvolve nas instâncias da família, do trabalho, da escola e em outras formas de socialização conforme Art.1º da Lei Nº. 9.394/1996:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com base nos princípios do Art. 3:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)

A LDB de fato ampliou o direito a educação no Brasil, apresentou uma proposta de transformação do ensino público, porém esta e o sistema escolar não estão separados do contexto econômico e político neoliberal. Sabemos que os princípios supracitados, incisos I a XI, opõem-se à realidade das instituições de ensino público do país, atualmente o maior desafio é a permanência dos educandos na escola e a garantia da qualidade do ensino oferecido, dado à crescente evasão escolar por diversos fatores internos e principalmente externos à escola que incidem na vida sócio-familiar de crianças e adolescentes.

Vale ressaltar também, ao contrário do que consta em lei, a desvalorização dos profissionais envolvidos no processo educacional que constantemente se organizam e reivindicam ajustes salariais e melhorias no ensino público brasileiro. No campo especificamente educacional, para Gentili (1995)

[...] o neoliberalismo ataca a escola pública a partir de uma série de estratégias privatizantes, mediante a aplicação de uma política de descentralização autoritária e, ao mesmo tempo, mediante uma política de reforma cultural que pretende apagar do horizonte ideológico de nossas sociedades a possibilidade mesma de uma educação democrática, pública e de qualidade para as maiorias [...] (p. 244).

Um elemento central para entender o desenvolvimento do neoliberalismo, segundo Torres (1995), é a globalização do capitalismo e suas transformações que alteram significativamente os princípios de funcionamento do Estado. As premissas do Estado Neoliberal - livre comércio, redução do setor público, diminuição da intervenção estatal na economia e na regulação do mercado - estão associadas ao ajuste estrutural recomendado pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e outras organizações financeiras. Este ajuste vem ocasionando, de acordo com este autor, uma redução drástica do setor estatal quanto aos serviços sociais e a ampliação da privatização.

Para Lopes (2005), o ideário neoliberal expresso pelas diretrizes das Instituições Financeiras Internacionais promove o desmonte das políticas sociais, pois o Estado reduz os gastos públicos, prejudicando a Educação e acarretando inúmeros problemas. Estes problemas causados pelo sistema neoliberal comprometem o sistema educacional, assim como sua estrutura sócio-econômica e os indivíduos inseridos neste contexto, como os professores, os alunos e seus familiares.

Este comprometimento na Política Educacional, na educação escolarizada, movido pela política neoliberal a partir da década de 90, dá espaço para a atuação e expansão de diferentes instituições privadas de ensino e organizações assistenciais, estas com programas focalizados e seletivos por atenderem apenas uma parcela da população que geralmente são selecionadas pelo grau de vulnerabilidade social.

São programas desenvolvidos por instituições filantrópicas, governamentais e não-governamentais, que oferecem atividades de reforço escolar, esporte, cultura e lazer, numa perspectiva de ação complementar à escola, de educação informal, um sistema paralelo e alternativo ao escolar. Ao mesmo tempo em que reafirmam o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) o direito à cultura, à educação, ao esporte e ao lazer, proporcionam ao Estado o afastamento do dever de garantir o acesso e a permanência dos cidadãos na Política Educacional, como enfatiza Yazbeck (1997) :

Com a crescente subordinação das Políticas Sociais à lógica das reformas estruturais para a estabilização da economia, mesmo que não se avance para a privatização total da área social, constata-se uma redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas sociais. A redução de recursos tem significado uma deterioração dos Serviços Sociais públicos, compreendendo a cobertura universalizada, bem como a qualidade e a equidade dos serviços (p. 9).

Na Política Educacional as reformas do Estado vêm ampliando o número de vagas nas escolas públicas, porém a qualidade do ensino nestas instituições não tem alcançado um patamar de qualificação total, ou seja, de democratização da qualidade educacional, para Gentili (1995) “qualidade para poucos não é qualidade, é privilégio” (p. 176).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2007) um dos principais avanços no campo educacional foi com relação a ofertas de vagas disponibilizadas ao ensino fundamental para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade nos últimos anos. No entanto, além de ainda haver um percentual de crianças e jovens fora da escola, entre os matriculados há aqueles com grande dificuldade de aprendizagem, que repetem o ano e os que acabam abandonando os estudos por diversos fatores.

Segundo o Censo Escolar 2006 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em relação aos indicadores de rendimento e movimento escolar no ensino fundamental foi constatado uma pequena melhoria nestes indicadores entre 2004 e 2005, em torno de 0,8 pontos percentuais para mais, no que se refere à taxa de aprovação, e de 0,8 pontos percentuais para menos, no que se refere à taxa de abandono. A taxa de reprovação permanece a mesma (13%) nos respectivos anos, como pode ser observado na tabela que se segue.

Tabela 1 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental, segundo a Região Geográfica – 2004 e 2005.

Brasil/Regiões Geográficas	2004			2005		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	78,7	13,0	8,3	79,5	13,0	7,5
Norte	71,5	16,2	12,3	73,1	15,8	11,1
Nordeste	69,7	16,7	13,6	71,4	16,3	12,3
Sudeste	87,1	8,9	4,0	87,2	9,2	3,6
Sul	83,9	13,2	2,9	83,4	13,9	2,7
Centro-Oeste	77,9	12,2	9,9	79,7	11,9	8,4

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar 2006.

No mesmo período (entre 2004 e 2005), de acordo com Censo Escolar 2006, é interessante ressaltar o fato de que, contrariando a idéia de que maior reprovação pode levar ao maior abandono, os dados relativos ao ensino médio revelam que as regiões que apresentam as menores taxas de reprovação, Norte (8,7%) e Nordeste (9%), correspondem aos maiores índices de abandono: 20,8% e 21,1% respectivamente, em 2005. Observa-se a mesma tendência no Centro-Oeste, onde a taxa de reprovação é relativamente baixa (10,9%), e o abandono alto (17,6%), o que contraria a tendência regional, e apresenta uma elevada taxa de reprovação (19,1%), com baixo abandono (10,2%), como evidencia a segunda tabela.

Tabela 2 – Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Médio, segundo a Região Geográfica – 2004 e 2005.

Brasil/Regiões Geográficas	2004			2005		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	73,3	10,4	16,0	73,2	11,5	15,3
Norte	69,3	8,8	21,6	70,5	8,7	20,6
Nordeste	70,9	8,2	20,9	70,9	9,0	21,1
Sudeste	76,4	11,8	11,8	76,1	13,0	10,9
Sul	72,7	13,4	13,9	72,3	14,5	13,2
Centro-Oeste	69,9	11,1	19,0	71,5	10,9	17,6

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar 2006.

Os dados da Educação Básica acima apresentado nos permite refletir a cerca dos impasses da Política Educacional nos últimos anos no Brasil. Ao compararmos os indicadores do ensino fundamental ao do ensino médio, logo evidenciamos a gravidade no abandono escolar e a insuficiência da educação neste último nível de ensino.

Segundo autores como Brandão (1984), Enguita (1989), Gentilli (1995), Lopes (2005) os principais fatores que contribuem para as dificuldades na Política Educacional estão relacionados à qualidade de ensino, gestão das escolas e sistemas de ensino, às condições de acesso e permanência e, sobretudo às desigualdades sociais nas diferentes regiões do país. Estes fatores comprometem negativamente o tempo médio de permanência no ensino fundamental e a conclusão deste nível, acarretando à defasagem e evasão escolar também no ensino médio. A realidade sócio-familiar dos educandos, a vulnerabilidade sócio-econômica e cultural que estão inseridos de fato expressa diferentes comportamentos e desenvolvimento destes indivíduos no âmbito escolar, tanto positivamente relacionado ao processo de aprendizagem como ao contrário.

No entanto, os referidos autores, também indicam a existência de fatores internos (da própria escola) que contribuem nos avanços e/ou dificuldades enfrentadas pelos educandos no seu percurso escolar. As escolas nem sempre reconhecem o quanto o conjunto de normas, regras, disciplinas e todo o processo pedagógico conservador intrínseco as instituições de ensino contribui também para as transgressões dos estudantes e o desprazer em aprender. Sobre os termos abandono ou evasão escolar Freire (2006) enfatiza:

“[...] As crianças populares brasileiras não se evadem da escola, não a deixam porque querem. As crianças populares brasileiras são “expulsas” da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulsa estes ou aqueles alunos ou os reprove. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades [...] que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito. Há razões, portanto, internas e externas à escola, que explicam a “expulsão” e a reprovação (p.35)”.

Portanto, os aspectos que implicam na evasão escolar, nas repetências e em toda problemática vivenciada pelas escolas, estão relacionados também pelo descaso do Estado em efetivar as demais políticas públicas (saúde, habitação, emprego,) e os direitos estabelecidos em lei correspondentes ao sistema educacional, especificamente quanto à educação integral (esporte, cultura e lazer) para crianças e adolescentes.

Na Lei Nº. 8.069/1990 que dispõe sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) a proposta de educação integral aparece como política de atendimento, como programas de assistência social, em caráter supletivo para os que necessitarem, através da articulação de ações governamentais e não-governamentais. Após três anos do ECA, o Governo Federal criou o PRONAICA (Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – Lei Nº. 8.642/1993), com o propósito de integrar e articular as ações de apoio à criança e adolescente, com organismos não-governamentais, priorizando as áreas de atuação no ensino fundamental, cultura, desporto e lazer, entre outras, programa este que não vem contemplando toda a demanda social, uma vez que depende de estruturas físicas e organizacionais e dos limites do sistema educacional. Em 1996 a LDB também reafirma estes direitos, quando em seus artigos preconiza a ampliação do período de permanência na escola por tempo integral durante o ensino fundamental.

A proposta destas leis enquanto direito e política de educação é de melhoria no atendimento às crianças e adolescentes visando o pleno desenvolvimento pessoal e de

cidadania, porém a execução e qualidade dos programas para a efetividade deste atendimento, seja nas próprias instituições de ensino ou em outras, ainda é muito reduzida. Gentili (1995) destaca que,

Não existe “qualidade” com dualização social. Não existe “qualidade” possível quando se descrimina, quando as maiorias são submetidas à miséria e condenadas e marginalidade, quando se nega o direito à cidadania a mais de dois terços da população. [...] Nosso desafio é outro: consiste em construir uma sociedade onde os “excluídos” tenham espaço, onde possam fazer-se ouvir, onde possam gozar do direito a uma educação radicalmente democrática [...] (p. 177).

Tomando como referência a referida contextualização histórico-social da Política Educacional e a atual complexidade da realidade da educação no Brasil, na próxima seção a discussão decorrerá acerca da inserção do profissional do Serviço Social na Educação visando refletir e discutir os desafios e possibilidades para o exercício desta categoria no âmbito educacional.

2 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA EDUCACIONAL

2.1 O Serviço Social no Âmbito Educacional

Considerar que a educação é um processo pelo qual se potencializa as habilidades humanas e contribui para o desenvolvimento e construção da sociedade não está incorreto. No entanto, é fundamental analisarmos e envolvermos nesta discussão, como vimos na seção anterior, a educação como forma de desenvolvimento das relações sociais antagônicas entre Estado e sociedade, e ainda, como Política Social necessária e contraditória.

Ao pensarmos nas relações políticas, econômicas e sociais que envolvem todo o processo histórico-social dos seres humanos, percebemos que a prática educativa sempre esteve presente na sociedade, nas relações interpessoais, possibilitando a construção da identidade cultural de uma determinada sociedade.

A prática coletiva, interativa entre os diferentes sujeitos sociais constrói os tipos de sociedades e suas diferentes culturas. A educação é inerente à vida dos indivíduos, está na troca de intenções, padrões de cultura e relações de poder. Quando a educação aparece como propriedade, imposta como sistema que controla o saber, como poder do Estado, falamos então, da educação escolarizada. No ensino formal, a educação na escola está sujeita a métodos, regras, exercícios e hierarquias.

Como parte do desenvolvimento das relações sociais, educar atravessa a analogia que fazemos do termo - com a educação institucionalizada, do espaço formal da escola e da relação professor/aluno. O processo educativo ultrapassa as relações escolares, está presente no âmbito familiar, nas trocas de conhecimentos entre pais e filhos, nas relações de trabalho, nas organizações da sociedade civil, enfim, em todas as relações sociais do indivíduo, no qual cada sujeito é protagonista na construção deste processo.

A conjuntura da educação é um espaço contraditório, um lugar de dominação, alienação, mas também um lugar de libertação, de contra-ideologia, se de um lado se reproduzem às relações sociais, de outro pode contribuir para transformar estas relações, é o espaço da realização de mediações no processo de organização e desalienação da sociedade civil, de construção e consolidação da cidadania.

Os marcos da história da educação no Brasil se fazem presentes na sociedade atual. A educação sempre foi e ainda é almejada como único meio de ascensão social pelas classes subalternas que se assumem como “incapazes” diante da ideologia excludente disseminada ao longo das relações sociais pelo sistema capitalista de produção.

Assim como a educação, o Serviço Social tem sua prática profissional marcada por um caráter contraditório, também fruto de relações capitalistas, ambas constituídas para servir aos interesses do capital buscando dar respostas aos interesses da classe dominante. Para transformação e ruptura dos processos de reprodução das relações sociais o processo de intervenção deve estar atrelado ao caráter político-educativo da profissão, função pedagógica própria da categoria profissional. Segundo Abreu (2002) na dinâmica da sociedade, historicamente o Serviço Social aparece como uma profissão de cunho educativo, inscrita na organização/reorganização/afirmação da cultura dominante, contribuindo para a satisfação das necessidades sociais a partir dos interesses do capital e o controle social sobre a classe trabalhadora. O perfil pedagógico da profissão tem as marcas sócio-culturais de ter se constituído no sistema capitalista.

Anterior a crise mundial do “Estado de Bem-Estar Social”, o Serviço Social consubstanciou-se na organização e difusão das inovações no mundo do trabalho direcionadas pelos modos de produção fordistas/tayloristas, no controle social sobre os trabalhadores através da racionalização da assistência social. Com a crise do “Estado de Bem-Estar Social” a partir dos anos 80 e 90 e o conseqüente agravamento da questão social⁵, há um processo de redimensionamento da profissão, alterando a função pedagógica do Assistente Social.

A crise estrutural do capital (vivida nas duas últimas décadas do século passado) redimensionam as políticas sociais, tornando-as focalistas e paliativas principalmente no que se refere ao enfrentamento da pobreza como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social. A categoria torna-se ativa no fortalecimento de processos de lutas, articulação de forças, organização e formação política, de conscientização numa perspectiva de emancipação da classe subalterna.

Para Abreu (2002), os espaços históricos do exercício profissional definido a partir do pacto entre Estado/Igreja Católica/ empresariado, como base da institucionalização dessa

⁵ Yamamoto (2004) define a questão social [...] enquanto parte constitutiva das relações sociais capitalistas, é apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões historicamente particulares na cena contemporânea [...] expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal [...] (p. 10-17).

profissão na sociedade brasileira, mantêm-se na atual correlação de forças, pois para o enfrentamento da questão social por meio da ação estatal, empresariado e organização sem fins lucrativos, implicam redefinições dos espaços tradicionais e o surgimento de novos. Da mesma forma reconfiguram as demandas, as condições de trabalho profissional e alteram as formas de inserção nos espaços públicos e privados. Para esta autora “[...] o Serviço Social como profissão eminentemente de cunho educativo inscreve-se no campo das atividades que incidem na formação da cultura, como elemento constitutivo das relações de hegemonia” (p.66).

Nessa perspectiva a atuação do profissional do Serviço Social, segundo Guerra (2007) é mediada pela lógica do mercado e vem sofrendo alterações, tanto na esfera dos serviços sociais, quanto nas demandas, modificando as relações e condições de trabalho assim como as formas de sociabilidade. Para esta autora, no âmbito das instituições, é necessário que o profissional compreenda as determinações da vida social, como a exploração e os antagonismos de interesse do capital e do trabalho. Assim, “[...] somente a percepção deste movimento permite que o profissional apreenda suas demandas profissionais, já que elas se constituem como expressão do antagonismo de interesses das classes sociais e, como tal, são gestadas na e pela contradição [...]” (p.18).

Embora reconheçamos o caráter contraditório da profissão e da própria política educacional, diante da globalização e atual configuração sócio-econômica do país, identifica-se a importância da inserção do profissional do Serviço Social na conjuntura educacional. Tendo em vista o cunho pedagógico da profissão e a realidade que se encontra o ensino público brasileiro, é fundamental que Assistentes Sociais, enquanto categoria de luta pela concretização dos direitos, possam contribuir também no âmbito da política da educação na perspectiva da construção de novas relações sociais e ampliação dos espaços democráticos na sociedade.

Para Almeida (2003), pensar a atuação dos Assistentes Sociais na política educacional envolve a compreensão da dinâmica e complexidade deste campo de atuação do Estado e da sociedade civil. Do reconhecimento de que se a política educacional é uma das expressões das disputas protagonizadas pelos sujeitos sociais, no campo da cultura ela também não encerra todas as particularidades da educação enquanto dimensão da vida social. Essas tendências conformam novos desenhos à aproximação do Serviço Social com a área de educação, dando uma amplitude, sem precedentes, às possibilidades de atuação do Assistente Social.

Novos percursos passam tanto pelo ingresso na política de educação, através de diferentes formas de vinculação institucional à dinâmica escolar (pólos, escolas, coordenadorias, programas e projetos especiais), quanto pela interface estabelecida, a partir do campo sócio-jurídico, das políticas para a infância e para a adolescência, assistência social, de esporte e lazer.

Portanto, ao compreendermos a educação no seu sentido mais amplo, como forma de mediar as relações sociais, de criação da identidade individual e coletiva, desenvolvimento cultural e crítico dos sujeitos, e nela, o contexto contraditório que envolve a política educacional, nos remete no próximo item à reflexão sobre a contribuição do Serviço Social para a garantia desse direito.

2.2 Possibilidades e Desafios para a Intervenção Profissional na área da Educação

A política educacional no Brasil vem sofrendo com os reflexos do sistema econômico vigente e a redução de investimentos públicos na educação. As transformações ocorridas no mundo do trabalho, o aceleramento da acumulação capitalista, a expansão da ideologia neoliberal, agravaram estruturalmente o modo de vida da sociedade demarcando uma intensa desigualdade social e cultural da população.

Todas estas alterações provocadas pela política neoliberal acarretam em problemáticas sociais graves que atualmente atravessam os três eixos componentes da vida do cidadão: a família, a comunidade e a escola. As mais variadas expressões da questão social hoje, perpassam o cotidiano familiar e se contextualizam nas instituições de ensino. A realidade social dos indivíduos não está separada por estes eixos, como se cada um destes constituísse uma realidade diferente, e sim na inter-relação destes que engloba uma complexa realidade para cada sujeito.

A categoria profissional, em seu projeto ético-político, assume o compromisso na luta pela concretização dos direitos sociais, pela liberdade, equidade, socialização das riquezas e políticas públicas de qualidade para toda a sociedade. Diante da complexidade econômica e social que vivemos, é um profissional habilitado para o enfrentamento das expressões da questão social, para a leitura ampla do contexto social e diagnóstico da realidade que envolve

cada sujeito em seu desenvolvimento social. Um projeto profissional crítico, segundo Guerra (2007) propõe

[...] um conjunto de referências prático-instrumentais [...] traz no seu interior determinada forma de conceber as funções do Estado e o papel das políticas sociais, como a mediação necessária para impor limites ao processo de mercantilização da vida social, normatiza as formas de estabelecer relações com o usuário dos serviços e das políticas sociais, de viabilizar direitos e de organizar e mobilizar a participação dos indivíduos [...] (p.21).

Como as problemáticas sociais refletem de diferentes formas na vida de cada indivíduo é necessário o estudo e entendimento de cada situação para possíveis estratégias e soluções. Desta forma, o Serviço Social como área especializada na realidade social vem a contribuir com os demais profissionais inseridos no âmbito educacional a partir da sua intervenção direta na questão social, sob as expressões que emergem nas escolas. Rocha e Santana (2003) destacam como as principais expressões:

O tráfico de drogas e suas conseqüências; dependência química, violência urbana e tráfico enquanto mercado de trabalho; gravidez na adolescência e evasão escolar em decorrência da gravidez, devido à ausência de orientação acerca da sua sexualidade, seu corpo e métodos anticonceptivos na escola e na família; violência doméstica contra crianças e adolescentes, contra a mulher; trabalho infantil, crianças desassistidas ou em situação de rua (p. 28-30).

A situação sócio-econômica da população atendida pela escola pública também é um fator importante, a maioria provém de classes populares, morando em bolsões de pobreza com precárias condições de habitação, em situação de desemprego ou subemprego, vivendo do mercado informal, com nenhuma seguridade social e com dificuldade de acesso as políticas públicas. Estas condições de vida trazem vários rebatimentos no cotidiano escolar. Outra demanda presente no contexto escolar, segundo estas autoras, está relacionada à saúde, resultantes de suas condições de vida, muitas crianças apresentam problemas que colocam em risco seu bem-estar e dificultam o processo de aprendizagem. Nem sempre o acesso ao tratamento médico é assegurado, seja pela dificuldade em garantir o atendimento, seja pela ausência do acompanhamento do responsável.

Todos os aspectos sociais mencionados englobam o grande desafio dos profissionais envolvidos nas instituições educacionais, professores, educadores, coordenadores, diretores,

enfim, toda a equipe profissional. Percebe-se que muito destes profissionais não estão preparados para o enfrentamento das demandas presentes no contexto escolar.

A escola costuma ignorar a realidade das comunidades que estão inseridas, não considerando os educandos como sujeitos de uma complexa condição que o envolve fora da instituição. O contexto da criança ou adolescente é negado, as atividades pedagógicas muitas vezes fogem do real, do cotidiano destes educandos. Estes, ao transgredirem o conjunto de normas e regras impostas pelas instituições formais ou não de ensino, são considerados como “aluno problema”, o que implica no seu desenvolvimento escolar e social. Para Fleuri (2008),

[...] os maus alunos são geralmente marginalizados no fundo da sala de aulas, ou em classes especiais, sendo estigmatizados e isolados na comunidade escolar. Tornam-se objetos de vigilância mais cerrada e de punições mais rigorosas. São estigmatizados, tomados como anti-exemplos, sistematicamente condenados e rejeitados pelos agentes da ordem (p.43).

O Serviço Social na educação, como em outros espaços sócio-ocupacionais, busca através da sua capacidade teórico-metodológica desenvolver ações voltadas à garantia da universalidade e a qualidade de seu atendimento. Considerando as especificidades da política educacional, o desafio maior aos Assistentes Sociais está em contribuir não apenas no acesso ao ensino público, mas para a qualidade deste direito social, permanência nas escolas, para uma gestão democrática, e principalmente, para a articulação/integração das instituições de ensino com as famílias e comunidades. Ao integrar a equipe multiprofissional poderá colaborar para a eficácia do trabalho interdisciplinar com vistas a um projeto pedagógico que inclua temáticas pertinentes a realidade social dos educandos.

Segundo o Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) caberá ao profissional, Assistente Social, que atuar com o Serviço Social Escolar desenvolver atividades técnicas profissionais, dentre outras as seguintes funções:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;

- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º. e 5º. da Lei 8662/93, não especificadas acima.

Frente às expressões da questão social, os Assistentes Sociais devem identificar as demandas para propor um projeto de trabalho. Também podem desenvolver diversas habilidades profissionais na educação que contribuam para os objetivos da categoria neste espaço, de acordo com a Lei 866/93 que regulamenta a profissão e as funções previstas no Parecer Jurídico do CFESS 23/00 2000.

Mesmo considerando ainda incipiente a produção teórica de profissionais que atuam na educação, observamos que a intervenção profissional do Serviço Social, avaliando as diferenças regionais, se direciona para uma competente intervenção profissional em escolas públicas. Com vistas a enriquecer ainda mais as possibilidades de intervenção mencionadas no referido parecer, segue dentre essas, outras possibilidades que podemos citar:

- Acompanhamento de situações sociais específicas - que necessitam de um acompanhamento individual;
- Contato com famílias e visitas domiciliares - controle no excesso de faltas buscando identificar os motivos e reverter à situação;
- Reuniões com as famílias - para envolvê-los no processo de desenvolvimento dos educandos e com a escola, não para apontar aspectos negativos dos filhos, e sim, para aproximá-los na participação e gestão escolar;
- Reuniões com corpo docente - para discussão dos aspectos da realidade de vida dessas famílias, criando novas estratégias junto aos alunos e responsáveis no processo pedagógico;
- Grupo de Adolescentes - o Serviço Social pode atuar através da organização e coordenação de encontros com grupos de adolescentes da unidade escolar. Vários assuntos podem ser tratados no grupo com propostas criativas: violência, sexualidade, drogas, cidadania, relação com os pais e professores, etc;
- Articulação com as demais políticas públicas e instituições sociais da comunidade - o Serviço Social pode desenvolver parceria com as diversas instituições públicas e

privadas da comunidade local, objetivando facilitar e garantir o acesso dos alunos e suas famílias a recursos e serviços.

- Divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente no espaço escolar - o Serviço Social pode promover atividades para discussão, esclarecimento e orientação, dando visibilidade do ECA para toda comunidade escolar (Direção, professores, coordenadores, pessoal de apoio, etc.) contribuindo na construção de uma nova relação e garantindo os direitos da criança e adolescente, público alvo da política educacional na educação básica.

Estas possibilidades reafirmam que o profissional do Serviço Social possui um leque de instrumentais técnico-operativos e teórico-metodológicos que dependem de sua habilidade e capacidade para por em prática no cotidiano profissional. Sarmiento (2005) ressalta que ao pensarmos em trabalhar com técnicas direcionadas à prática transformadora é fundamental compreendermos que estas não são definitivas, podem ser recriadas a partir de uma determinada realidade.

No âmbito educacional, diante dos desafios e possibilidades de intervenção, os Assistentes Sociais deparam-se com um campo inovador e propício para o desenvolvimento de suas competências profissionais, com vistas a contribuir com os demais profissionais no desenvolvimento integral das crianças e adolescentes inseridos no contexto da educação. Porém, como bem ressalta Lessa (2007), na situação atual das instituições de ensino público, nas quais revelam a falência das políticas sociais extra-escolares, muitos profissionais vêem as escolas como “salvadoras”. A educação, a escola e os profissionais envolvidos acabam sendo responsabilizados pelo enfrentamento da questão social, a preocupação maior é em “evitar maximizar o papel da educação em detrimento de outras políticas” (p.4).

As escolas estão assumindo diferentes papéis, muitas sem condições para tanto. É possível sim, através da educação escolarizada, obter transformações sociais. No entanto, é fundamental que esteja articulada com as demais modalidades e políticas públicas. Essa articulação/mediação é pertinente ao exercício profissional do Serviço Social nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, inclusive nas escolas.

Contudo, as possibilidades e os desafios profissionais dos assistentes sociais na educação não estão encerrados, surgem constantemente no cotidiano profissional, exigem maior capacidade de percepção das demandas escolares e competência teórico-prática da categoria.

Na próxima seção apresentaremos uma análise da experiência de estágio curricular desenvolvido no Instituto Guga Kuerten – IGK durante o período de formação acadêmica, dando continuidade à contextualização do fazer profissional do Serviço Social nas instituições que desenvolvem ações na área educacional, e neste caso em especial, na ação complementar à escola desenvolvida por esta instituição.

3 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO INSTITUTO GUGA KUERTEN: AÇÃO EDUCATIVA COMPLEMENTAR À ESCOLA

3.1 O Instituto Guga Kuerten: conhecendo o espaço institucional

O desenvolvimento do neoliberalismo acarretou na configuração de um Estado mínimo, que transfere muitas das atividades do Estado ao mercado, via privatização, no qual vários programas sociais passam à ser da iniciativa privada. Observa-se na contemporaneidade a expansão de organizações do Terceiro Setor devido estes vazios deixados pelos setores públicos na execução de políticas sociais. Com a desresponsabilização do Estado a idéia de responsabilidade social é transferida para a sociedade civil, ignorando seu dever na garantia dos direitos sociais.

Atualmente as organizações do Terceiro Setor são inúmeras e estão inseridas nos mais diferentes contextos, pois atuam em campos variados como os da arte e cultura, educação, recreação, saúde, assistência social, defesa de direitos humanos, ambientalismo, desenvolvimento comunitário e fortalecimento de organizações de base. Constituem-se em mercado de trabalho, em áreas de ação voluntária, além de mobilizarem recursos materiais das mais diversas fontes, tanto do governo, como de indivíduos, famílias, igrejas, fundações, associações e empresas.

O ideário do Instituto Guga Kuerten (IGK) vai ao encontro do perfil das atuais políticas sociais do Terceiro Setor, que visam garantir a parcela específica da sociedade, direitos sociais que as políticas públicas do Estado não alcançam.

Criado em 17 de agosto de 2000, o Instituto Guga Kuerten caracteriza-se como uma associação civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico conforme previsto no seu Estatuto Social. É qualificado como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, conforme processo MJ nº 08015.013682/2002-23. Possui registros de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 5.895/01 e de Utilidade Pública Estadual, Lei nº 12.637/03. De acordo com a caracterização jurídica é uma organização do Terceiro Setor.

O IGK tem como objetivos gerais desenvolver trabalhos exclusivamente educacionais, esportivos e sociais, e como objetivos específicos:

1. incentivo, manutenção e acompanhamento de atividades esportivas, identificando e desenvolvendo novos talentos, despertando o espírito de equipe e atuando como prevenção à marginalidade, sempre condicionando a participação à frequência escolar; e

2. atendimento a pessoa com deficiência, seja através de estudos e projetos de prevenção, pesquisa, educação, integração e/ou desenvolvendo ações relacionadas ao lazer, habitação, saúde e profissionalização deste seguimento. (IGK, 2000)

Sua missão é: “Articular, promover e apoiar ações que visem oferecer oportunidades de desenvolvimento e integração social para todos os cidadãos, buscando fortalecer a cultura de solidariedade entre os membros de nossa sociedade”. (PLANO DE AÇÃO, 2007).

O IGK apóia projetos e iniciativas em duas instâncias: - **Educação e Integração Social de Pessoas com Deficiência e Esporte como estratégia de Desenvolvimento Integral de Crianças e Adolescentes** - com a finalidade de contribuir para uma transformação social necessária, a uma sociedade justa, humana e solidária conforme preconiza a missão do instituto.

As ações do IGK abrangem o Estado de Santa Catarina. Os projetos desenvolvidos pelo Instituto realizam-se em espaços existentes na própria comunidade atendendo educandos em vulnerabilidade social das escolas públicas do bairro, no contra turno da escola. Estes espaços são cedidos por empresas privadas e instituições parceiras do Instituto. O público alvo dessas ações são crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade e pessoas com deficiência. Atualmente desenvolve três programas:

- **Fundo de apoio à Projetos Sociais (FAPS);**
- **Ações Especiais;**
- **Esporte e Educação.**

O FAPS – Fundo de Apoio a Projetos Sociais vem sendo realizado desde 2001, e tem como objetivo principal, apoiar financeira e tecnicamente (através de cotas anuais doadas pelos parceiros) projetos de organizações sociais de Santa Catarina, que desenvolvam ações voltadas para integração de pessoas com deficiência, e/ou utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. A assessoria técnica prestada a estes projetos proporciona subsídios para que as organizações cresçam sua visibilidade na comunidade e articulem-se na busca de parcerias financeiras e um melhor relacionamento com a administração pública.

O Programa de Ações Especiais tem como objetivo apoiar financeira e tecnicamente, a partir da entrada de recursos extras de parcerias, projetos que realizem ações que compartilhem dos mesmos objetivos do Instituto, gerando algum impacto na comunidade. Todos os anos, a partir deste programa, duas colônias de férias são promovidas: a Colônia de Férias Tempo Feliz (Balneário Camboriú), tendo como público alvo 75 pessoas com deficiência e a Colônia de Férias Vôo Livre (Florianópolis) que atende 62 pessoas com deficiência, com o propósito de oferecer alternativas de lazer, turismo e principalmente inclusão social. Outra ação que é desenvolvida por este programa é o “Prêmio IGK – A Grande Jogada Social”, consiste num concurso estadual que distribui um valor em dinheiro às reportagens, projetos e ações sociais inscritas. Objetiva identificar, divulgar e incentivar a prática de ações sociais nas áreas esportivas e da pessoa com deficiência, impulsionando a continuidade dos diversos trabalhos que já vem sendo realizados, bem como a criação de novos.

O Programa de Esporte e Educação denominado “**Programa Campões da Vida**”⁶, tem como objetivo desenvolver projetos que utilizem o esporte, inicialmente o tênis, para promover através de ações educacionais e esportivas, o desenvolvimento pessoal e social, de crianças e adolescentes de baixa renda ou em vulnerabilidade social. Os princípios que sustentam os projetos estão baseados na articulação dos eixos fundamentais, para a formação integral de crianças e adolescentes: Família, Escola e Ação Complementar (Projetos IGK), potencializando esforços e possibilitando uma ação conjunta e sólida, para atingir os objetivos propostos. Os objetivos específicos deste Programa são:

- investir na formação integral de crianças e adolescentes para sua plena inclusão social;
- oportunizar um espaço de aprendizagem com qualidade, nas áreas educacionais e esportivas;
- contribuir com a ampliação de conhecimentos, habilidades, atitudes que favoreçam a permanência e o sucesso dos educandos na escola;
- proporcionar aos educadores envolvidos, a oportunidade de participar de uma ação conjunta de educação e esporte;
- apoiar e complementar as ações executadas pela escola.

Fazem parte deste programa (4) quatro Núcleos. Todos atendem crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade no contra turno escolar, duas vezes por semana, estudantes de escolas

⁶ Programa onde se desenvolveu o todo o período de estágio curricular 2007/2008.

públicas dos bairros onde presidem estes núcleos. Compreende as oficinas, uma equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas da Educação Física, Psicologia, Serviço Social, Biblioteconomia e Pedagogia.

O Núcleo Itacorubi acontece na sede da ASTEL (Associação Esportiva e Social de Florianópolis) - Itacorubi/Florianópolis/SC. Iniciou as suas atividades no ano de 2002 e atende 160 estudantes das escolas públicas Leonor de Barros e Vitor Miguel, ambas do Bairro Itacorubi e da APAE, na sua maioria moradores da comunidade do Morro do Quilombo. As atividades são realizadas nas quartas e sextas-feiras, dividem-se em três oficinas: tênis, esportes complementares/cultura e dança.

O Núcleo Palhoça realiza-se na quadra da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), na Cidade Universitária Pedra Branca em Palhoça/SC. Suas atividades tiveram início em 2006, atendendo 80 crianças e adolescentes. São oferecidas as oficinas de tênis e esportes complementares/cultural, todas as terças e quintas-feiras.

O Núcleo Saco Grande⁷ é desenvolvido no complexo da ACM - Associação Catarinense de Medicina, no bairro Saco Grande – Florianópolis/SC. Iniciou em 2006 e atende 90 crianças e adolescentes estudantes da Escola Donícia Maria da Costa, também são realizadas duas oficinas: tênis e esportes complementares/cultural.

O Núcleo São José⁸ acontece no bairro Sertão do Imarui em São José/SC. Tem como público alvo 100 educandos, estudantes da Escola Estadual Básica José Matias Zimmermann. São oferecidas duas oficinas: tênis e cultural/esportes complementares realizadas nos mesmos dias da semana do Núcleo Palhoça.

Cada Núcleo tem um parceiro financeiro com cotas anuais e apoiadores institucionais que podem ser repassadas mensalmente, conforme o período do Projeto. Os recursos são destinados ao pagamento dos profissionais, manutenção das quadras, lanches, eventos e uniformes. Estes Núcleos na perspectiva educacional, buscam sua autonomia e competência como espaço de decisão que trabalhe na direção de que as crianças e os jovens aprendam, diminuam a repetência e aumentem a permanência na Escola. Objetiva que a passagem por ela resulte na apropriação de conhecimentos e habilidades significativas, para não só participar da sociedade, mas principalmente, ser atuante e determinante no processo de transformação, pelo qual passa a educação (PLANO PEDAGÓGICO, 2008).

⁷ Núcleo de realização do estágio curricular não-obrigatório I, no semestre de 2007/2.

⁸ Núcleo de realização do estágio curricular obrigatório I e II, no semestre de 2008/1.

Os profissionais envolvidos nas ações sócio-educativas do IGK buscam através do trabalho interdisciplinar desenvolver um papel de facilitador, ouvinte, observador, criador de oportunidades, estimulador dos acertos e valorizador da auto-estima dos educandos, por meio de atividades motivadoras, bem planejadas e participativas. Trabalham com conhecimentos específicos, atrelados às atividades educacionais, de forma lúdica, deixando fluir a criatividade e participação dos educandos. Desta forma, as atividades dos Núcleos estão norteadas nos quatro pilares da educação (Relatório Jacques Delors – UNESCO, 2001), conforme o Plano Pedagógico, 2008 do IGK:

1.Aprender a conhecer:é oportunizar a crianças e adolescentes compreender melhor o mundo que as rodeia, e poder analisar criticamente essa realidade, para assim alcançar alguma transformação. Aprender a conhecer é levar o educando a dominar os instrumentos para o conhecimento, é construir o caminho do conhecimento, em vez de adquirir saberes codificados, desenvolvendo a competência cognitiva.

2.Aprender a fazer:este pilar visa ensinar o educando a levar seus conhecimentos à prática, ou seja, trata-se da formação profissional. Mas, para competir com o mercado de trabalho que está em constante transformação, e cada vez mais exigente, não basta ter apenas conhecimentos específicos, é preciso adquirir conhecimentos para desempenhar qualquer função profissional com competência, englobando: aptidão de trabalhar em equipe, de decidir em grupo, de gerir e resolver conflitos, uma boa articulação verbal, espírito de iniciativa, criatividade e autonomia. Aprender a fazer é preparar o educando para colocar em prática os conhecimentos e adaptar a educação ao trabalho futuro, desenvolvendo a competência produtiva.

3.Aprender a conviver:através do esporte, podemos engajar os educandos em projetos comuns que envolvam ações sociais, voltadas para a comunidade em que possam desenvolver responsabilidade, respeito e comprometimento com a vida comunitária. Aprender a conviver é construir um contexto igualitário para educandos perseguirem projetos comuns, em vez de apenas propiciar a comunicação entre membros de grupos diferentes, desenvolvendo a competência relacional.

4.Aprender a ser:este pilar se apóia na realização da pessoa na sua totalidade, com oportunidade de aprender a ser melhor e a tornar o mundo melhor, por meio de suas próprias ações. Por isso, envolve o conhecimento de nós mesmos, do outro e do mundo que nos rodeia. Aprender a ser é preparar o educando, através da educação, para conhecer e compreender a sua realidade, sentindo-se responsável por suas atitudes. Trata-se, portanto, de promover a autonomia, o espírito de iniciativa, e aprender a lidar com a liberdade respeitando o limite dos outros. É também, entrar em contato com a própria criatividade, com seus sentimentos e com sua imaginação. Aprender a ser é desenvolver a pessoa do educando: inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade e espiritualidade, desenvolvendo a competência pessoal.

O IGK ainda proporciona algumas ações especiais para complementar as atividades desenvolvidas em cada Núcleo como:

- A Biblioteca itinerante do IGK – IGKOMBI – com ações específicas para o incentivo à leitura. Esta biblioteca circula em todos os núcleos para atendimento direto às crianças e adolescentes nesta área e empréstimos de livros. É financiada pelo Instituto C&A e, além de percorrer os Núcleos, também percorre os espaços da comunidade, eventos sociais e culturais, ampliando assim, a disseminação cultural da literatura na sociedade.



Figura 01 – Fotografia externa e interna da “IGKOMBI”.
Fonte: Arquivo Fotográfico IGK, 2008.

- Distribuição do “IGK News”, que é o Jornalzinho do Programa Campeões da Vida, periódico com matérias sobre todas as ações dos núcleos, artigos dos educandos, familiares e educadores, notícias da escola, do bairro, entre outras. É escrito pelos educandos dos núcleos de atendimento e, sob a responsabilidade dos supervisores e coordenadores do IGK, fica a correção ortográfica e a impressão. As tiragens acontecem trimestralmente, em torno de 1.000 exemplares cada, contendo a exposição das logomarcas dos patrocinadores do Programa.
- Encontro de Integração dos Núcleos Esportivos do IGK, o “Encontrão”. O principal objetivo deste evento é reunir e integrar as crianças e adolescentes participantes dos núcleos, proporcionando um dia repleto de atividades esportivas, recreativas e culturais. Iniciado em 2004, o Encontro de Integração é realizado anualmente no mês de outubro, configurando-se em um evento periódico do Instituto.

- Torneio Interprojetos de Tênis do IGK. Este tem como objetivo proporcionar a vivência de um torneio de tênis aos educandos dos núcleos esportivos. A intenção é realizar o torneio anualmente, já que essa estratégia motiva às crianças e adolescentes, uma vez que auxiliam os educadores na organização das seletivas para o torneio e têm a chance de demonstrar suas habilidades no tênis. Essa competição é organizada observando as mesmas regras de um campeonato profissional, para que os educandos experimentem a realidade e a dificuldade da prática de um esporte de alto rendimento. Atrelado ao fator competitivo, o torneio do IGK preocupa-se em ressaltar a cooperação e o respeito como habilidades indispensáveis na prática de qualquer esporte (PLANO PEDAGÓGICO, 2008).

Todas as ações do Instituto Guga Kuerten estão atreladas ao fazer profissional do Serviço Social e de toda uma equipe multiprofissional que compreende esta instituição. No próximo item apresentaremos as especificidades dos Assistentes Sociais no IGK, nas quais demarcam um papel inovador e fundamental na área educacional e do terceiro setor.

3.2 O Serviço Social no Instituto Guga Kuerten

Como referenciado anteriormente, o fazer profissional do Serviço Social na área educacional, nas instituições formais de ensino, vem se constituindo em um significativo espaço de intervenção. Este processo também pode ser identificado mais especificamente na atuação do Serviço Social no Instituto Guga Kuerten, onde desenvolve ações educativas complementares à Escola por meio do esporte e de estratégias criativas e instigantes.

O principal objetivo do Serviço Social no IGK, segundo Hackebart (2004), está intimamente ligado ao seu Projeto Profissional, ou seja, à promoção do desenvolvimento humano e social. Conforme preconiza o Código de ética: o “posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (Código de Ética profissional dos Assistentes Sociais, nº. 273/93).

O Serviço Social sempre esteve atuante dentro do IGK, já que desde o início esta instituição objetivou a realização de projetos sociais, viabilizando ações que envolvessem o esporte e a educação, como estratégia para o desenvolvimento sócio-educativo de crianças e

adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Como área especializada de atuação direta na realidade social, nas expressões da questão social, o Serviço Social apresenta-se no IGK como profissional capacitado e responsável para a contribuição na concretização deste objetivo.

A prática do Assistente Social no espaço sócio-ocupacional do Instituto Guga Kuerten está diretamente relacionada aos processos de planejamento e gestão e ao eixo sócio-assistencial, no qual a intervenção segundo Lima (2004) está orientada para a ação direta com os usuários, especialmente com famílias e segmentos sociais vulneráveis. Seu objetivo é contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos. Dentre as ações que correspondem a este eixo, as ações sócio-educativas vão ao encontro do exercício profissional no IGK, pois objetivam através do diálogo e da reflexão que se estabelece entre profissional e usuário ou grupo de usuários (crianças e adolescentes), tornar transparente a estrutura dos serviços, o alcance das políticas sociais e, a partir de seus problemas, contribuir para que percebam as possibilidades de transformação de sua realidade por meio de sua participação em processos político-organizativos.

Desta forma, no Instituto Guga Kuerten, o Assistente Social destaca-se de formas distintas, na presidência da organização, na coordenação dos projetos sociais, na supervisão social e pedagógica e também na atuação direta nos projetos/núcleos.

Como Coordenadora Social, a Assistente Social é responsável pela elaboração dos projetos e programas, captação e organização de recursos financeiros e de parcerias, e gerenciamento das ações sociais desenvolvidas pela instituição. Na execução do FAPS, a prática profissional caracteriza-se por selecionar e avaliar os projetos, assessorar tecnicamente, por intermédio de orientações e capacitações das entidades à elaboração de projetos sociais. Ainda a realização de visitas bimestrais para colaborar no gerenciamento das entidades selecionadas e na elaboração e avaliação de relatórios durante todo o período proposto pelo programa.

Nos programas de Ações Especiais e Esporte e Educação seu trabalho é direcionado ao processo de articulação e organização dos recursos financeiros e humanos, bem como de promoção da coordenação, assessoria técnica e avaliação das atividades em curso.

Na Supervisão Social e Pedagógica, a Assistente Social do IGK realiza o contato com as escolas e famílias, estreitando e facilitando as relações entre esses dois segmentos e o

“Programa Campeões da Vida”. Essa supervisão também opera no planejamento de trabalho dos educadores inseridos nos quatro núcleos sociais, e é responsável por relatórios e avaliações destes.

De modo geral, as atribuições das Assistentes Sociais do IGK são organizar e planejar eventos sociais, supervisionar e orientar as ações desenvolvidas cotidianamente nos projetos com as equipes multiprofissionais. Como educador(a) social, realizar atividades complementares ao esporte que discutam temáticas sociais com as crianças e adolescentes dos núcleos. Ainda podemos pontuar as seguintes práticas profissionais na instituição:

- Atuação em equipe multiprofissional e coordenação de atividades sócio-educativas;
- Organização e coordenação de reuniões e eventos;
- Elaboração e desenvolvimento de planejamentos educativos interdisciplinares;
- Avaliação por escrito das atividades interdisciplinares realizadas;
- Co-responsabilidade na elaboração de instrumentos de avaliação do projeto (construção de questionários);
- Tabulação dos dados recolhidos através dos questionários aplicados nas famílias e escola;
- Realização de visitas domiciliares e Institucionais;
- Encaminhamentos sociais;
- Elaboração de relatórios de todas as visitas realizadas;

Essas atividades englobam o campo de estágio do Serviço Social oferecido pelo Instituto Guga Kuerten, é desenvolvido diretamente nos núcleos/projetos sociais, com a proposta de atuar na aproximação com as crianças e adolescentes e, dessa forma, perceber as demandas que necessitam da intervenção profissional. A partir destas demandas são realizadas visitas domiciliares com a finalidade de conhecer a realidade e a dinâmica familiar dos educandos, busca-se uma integração do projeto com as famílias, com a comunidade local e a Escola. As atividades esportivas e culturais são planejadas em reuniões quinzenais com a equipe de educadores. Além do planejamento, são avaliadas por escrito todas as atividades interdisciplinares já realizadas. São nessas reuniões que cada área de conhecimento contribui para a efetivação do objetivo sócio-educativo do IGK.

Portanto, ao traçarmos um comparativo entre as atribuições do Serviço Social no âmbito escolar e no espaço sócio-educativo complementar como o IGK, percebemos poucas diferenças quanto à atuação do profissional do Serviço Social, no qual pode-se desenvolver

diversas habilidades e competências nos diferentes espaços. No entanto, a divergência de maior significado está diretamente relacionada ao espaço institucional onde se articulam a prática profissional e a prática educativa em si, pois no IGK o profissional do Serviço Social está articulado nas diversas atividades educativas, interagindo diretamente com os educandos e educadores, através da cultura e do esporte, utilizando-se deste meio como estratégia sócio-educacional, como alternativa de aproximação e afetividade com as crianças e adolescentes, fator este crucial na relação educador/educando.

Esta é a diferença entre a atuação profissional nas escolas e ação complementar, uma vez que os espaços e as ações se diferem significativamente. Na educação formal podemos contribuir na articulação entre os eixos famílias/escola/comunidade e também obter uma aproximação com os educandos, porém com o cuidado maior de não ultrapassarmos os limites de atuação, não interferindo no espaço de professores ou educadores.

Na maioria das escolas públicas, o termo “educação” ainda está restrito à conjuntos de normas, regras, métodos conservadores de ensino e a uma visão vertical dos sujeitos que compreendem à negação cultural, a negação da própria realidade social de cada indivíduo neste espaço. Quando a “educação” é entendida no seu sentido amplo, como troca de experiências, de conhecimentos, de relações sociais e de valorização da cultura individual, o ato de educar torna-se efetivo na formação dos sujeitos.

Para Freire (1996) a identidade cultural é constituída a partir da dimensão individual de cada sujeito, todos somos seres histórico-sociais e “inacabados”, através da troca de conhecimentos e experiências individuais construímos constantemente um processo contínuo de aprendizagem. Nessa perspectiva, “educar e ensinar” vai além da concepção da transferência de conhecimento, é criar possibilidade de construí-lo e reconhecer cada sujeito como um ser social, respeitando sua identidade individual e autonomia.

Assim, através da educação pelo esporte, lazer e cultura, o IGK proporciona um espaço sócio-ocupacional que contribui para a efetivação da educação no sentido amplo e com a finalidade de formação integral das crianças e adolescentes, com caráter complementar à escola e à família, sem subtraí-las ou substituí-las e sim integrá-las.

É nesse sentido que foi desenvolvido o Estágio Curricular Obrigatório no semestre de 2008/01 no IGK. Com o propósito de enfatizar a importância do Serviço Social no âmbito educacional, será destacada aqui a experiência de atuação no “Programa Campeões da Vida”, no Núcleo São José, desenvolvido na comunidade do Sertão do Imarui (São José/SC).

3.3 - O Trabalho Interdisciplinar: a atuação profissional como educadora social

A atuação profissional no “Programa Campeões da Vida” desenvolveu-se no âmbito sócio-educativo, como educadora social de crianças e adolescentes estudantes da Escola Estadual Básica José Matias Zimmermann da comunidade do Sertão do Imarui/SJ, integrantes do Núcleo São José. A proposta deste campo de estágio nos núcleos do IGK está relacionada diretamente ao trabalho interdisciplinar, no qual são desenvolvidas reuniões para planejamento e avaliação de todas as atividades educativas, esportivas e culturais realizadas nas oficinas.

O compromisso do profissional do Serviço Social e dos demais profissionais com a construção da cidadania, demanda necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva dos educandos. Para isso, é necessária uma coordenação que integre os objetivos, atividades, procedimentos, planejamentos e que propicie o intercâmbio, a troca, o diálogo entre a equipe multiprofissional, uma vez que a interdisciplinaridade implica em um trabalho integrado das diferentes áreas do conhecimento, um real trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento.

Para Melo e Almeida (1999), a interdisciplinaridade é um desafio para o exercício profissional que apresenta diversas possibilidades de atuação do Serviço Social nos novos espaços ocupacionais. Faz-se necessário ter competência técnica, teórica e política para conquistar seu espaço sem que o outro nos imobilize, desvalorizando o próprio trabalho. O trabalho numa perspectiva interdisciplinar instiga os profissionais a levantarem questionamentos quanto a seu papel e sua identidade profissional. Para Iamamoto (2002), o trabalho coletivo não impõe a diluição das competências e atribuições profissionais, ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potencializar o trabalho conjunto.

Assim, nas reuniões para a programação das ações do núcleo, as diferentes áreas de conhecimento constroem as propostas de atuação, com estratégias específicas e educacionais, baseado nos princípios gerais do programa e no tema do ano, de forma interativa no processo. O tema pedagógico determinado pelo IGK deste ano (2008), como base para a realização das oficinas esportivas e culturais foi o “Meio Ambiente”.

Com relação ao planejamento interdisciplinar das atividades, ressaltamos para maior compreensão da participação do Serviço Social, parte do Relatório Específico de Atividade nº. 2, elaborado durante a formação acadêmica junto à disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio, no qual explica a metodologia da equipe de educadores em uma das reuniões:

“[...] O planejamento das oficinas aconteceu da seguinte forma: a área da psicologia e do “tênis” planejou a Oficina Esportiva e o Serviço Social e a Educação Física elaboraram o planejamento da Oficina Cultural e Esportes Complementares, com o propósito de associarmos ao esporte aspectos sócio-educativos fundamentais no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Desta forma, para o dia 18 de março planejamos atividade esportiva com a temática do “Meio Ambiente”, na qual denominamos de “Basebol: Curiosidades do Meio Ambiente”. Para o dia 25 de março planejamos exposição sobre o jornal IGK News e também uma atividade para incentivarmos a leitura e aproximação dos educandos com a “IGKombi” a biblioteca itinerante [...] Para o dia 27, como é o dia mundial do Teatro planejamos algumas atividades relacionadas ao tema, entre elas a interpretação a partir dos livros da “IGKombi”. O planejamento para os dias 01 e 03 de abril, respectivamente, ficou o “Soletrando na IGKombi” e atividade esportiva denominada de “Futebol Mudo”, esta com a finalidade de trabalharmos com o autocontrole e também discutirmos sobre as diferenças presentes em nosso cotidiano. Todas estas atividades serão desenvolvidas na Oficina Cultural/Esportes Complementares e na Oficina Esportiva serão ministradas as aulas e técnicas do jogo de tênis. Todo o planejamento foi digitado pelo estagiário da Educação Física para posteriormente ser encaminhado aos e-mails da equipe profissional [...].

As atividades planejadas foram executadas na lógica interdisciplinar, com a efetiva participação da estagiária do Serviço Social também como educadora, reforçando o cunho pedagógico da profissão, com o objetivo de colaborar na conscientização dos direitos das crianças e adolescentes, no reconhecimento e discussão da realidade em que vivem.

No planejamento das oficinas são priorizadas as ações preferenciais dos educandos para motivá-los a participarem efetivamente de todas as atividades, envolvendo-os nas temáticas trazidas pela equipe de educadores. Uma das atividades citada anteriormente que concretizou este objetivo, foi o teatro sobre os clássicos da literatura infantil. Todos os educandos participaram na escolha do livro, das fantasias disponibilizadas e na criação das peças teatrais, a seguir ilustra-se esta atividade:



Figura 02 – Fotografia da Oficina Cultural - interpretação teatral a partir dos clássicos da literatura infantil disponíveis na IGKombi.

Fonte: Arquivo Fotográfico IGK, 2008.

Percebemos total interação e criatividade do educandos nesta oficina, o objetivo específico do teatro foi o de incentivar a leitura de forma criativa e lúdica, para que o ato de ler torne-se algo prazeroso e contínuo na vida dos educandos. Através do teatro foi possível envolvê-los no exercício da linguagem corporal e da cultura literária. Afinal, a cultura como um dos direitos das crianças e adolescentes preconizados no ECA, ainda é privilégio de poucos, faltam políticas públicas que a efetivem.

Na oficina Cultural e Esportes Complementares, o trabalho como educadora social contribuiu para a criação de propostas educativas relacionadas às diferentes temáticas que envolvem nossa profissão, desde a importância da questão ambiental à contextualização de temas sociais que devem ser discutidos em grupos, como podemos verificar em trechos dos Diários de Campo que exemplificam estas atividades sócio-educativas realizadas no período de estágio:

[...] Atividade interdisciplinar sobre o “Meio Ambiente”, denominada de “Salva Planeta” e “Futebol no Céu, no Mar e na Terra”, áreas envolvidas: Serviço Social, Pedagogia, Educação Física e Psicologia. Trabalho de orientação, reflexão e conscientização sobre os aspectos que podem contribuir para o meio ambiente na atualidade, através do esporte como estratégia educacional [...] (Diário de Campo, abril/2008).

[...] Foi desenvolvida uma dinâmica de grupo para trabalhar a questão da higiene pessoal com as crianças e adolescentes, denominada de “charada da higiene” e atividade sobre a “sexualidade”, na qual os adolescentes depositaram em uma urna dúvidas sobre a temática explicada inicialmente, para serem discutidas em roda, apresentamos um vídeo, discutimos e esclarecemos dúvidas sobre o tema [...] (Diário de Campo, junho/2008).

O contato com as crianças e adolescentes durante as atividades sócio-educativas interdisciplinares, demonstra o quanto a atuação como educadora social pode-se ampliar a partir das percepções deste convívio direto. Além de verificar as necessidades e demandas de intervenção profissional é possível desenvolver novas habilidades profissionais do Serviço Social.

Nessas ações há uma forte relação de grupo, tanto no que se refere ao trabalho direto com crianças e adolescentes como também com a própria equipe profissional. É fundamental recorrermos aos instrumentais teórico-metodológicos que possibilitem uma compreensão da atuação do profissional com grupos, já que nestes se estabelecem relações interpessoais importantes para a intervenção profissional.

Para Hartford (1983), um grupo é definido pela reunião de pessoas com objetivos comuns ou interesses iguais num intercambio social, cognitivo e afetivo, em encontros isolados ou repetidos, suficientes para que os participantes tenham impressões recíprocas, criem um conjunto de normas para seu funcionamento, desenvolvam metas para as suas atividades coletivas. Na prática do Serviço Social, os grupos são usados efetivamente para apoiar os indivíduos no desenvolvimento, reabilitação e mudança. Um grupo pode também ser usado para o desenvolvimento e mudança do meio do próprio grupo, para modificar sistemas e para mudança de algumas das instituições da sociedade. Os grupos contribuem para a preparação para novas experiências, ensino e mudanças de valores, modificação de estilo de vida, solução de problemas, planejamento social e comunitário, e muitas outras finalidades.

No processo de aproximação com as crianças e adolescentes, verifica-se maior vantagem quanto aos aspectos de afinidade e afetividade que se constrói na relação educador/educando direcionada pela educação complementar, no qual facilita muito a intervenção do profissional, seja do Serviço Social ou de outra área de conhecimento. Na instituição de ensino convencional, geralmente prevalece uma relação vertical professor/aluno, por fatores anteriormente já mencionados neste trabalho, estratégia conservadora de ensino e reduzida compreensão do termo “educação”. Fleuri (2008) destaca que a educação escolarizada tende a induzir os indivíduos à submissão, às organizações burocráticas, aptos a reproduzirem relações hierárquicas de dominação e de exploração. Limitam a possibilidade de que a relação entre pessoas da comunidade e membros da escola aconteça de forma espontânea e recíproca. Para este autor,

[...] o educador não é quem conduz sozinho o processo coletivo, mas quem estimula o grupo a perceber e explicitar o seu caminho e se dirigir para seus objetivos. Educar não é pois, estar sempre à frente, mas buscar tomar consciência do sentido que o grupo vai construindo [...] é a interação no grupo que dá a direção para o processo educativo [...] (p. 67).

Nas reuniões a equipe multiprofissional também avalia a execução das atividades já realizadas, estas avaliações são registradas e arquivadas no escritório do IGK. De acordo com as diferentes percepções das áreas profissionais envolvidas nesse processo de avaliação são discutidos aspectos importantes observados durante as oficinas com as crianças e adolescentes.

Neste momento há um processo de troca de experiências, de reflexão crítica, avaliando o planejamento aplicado. É partir da avaliação realizada que as próximas ações são planejadas, corrigindo erros, aprimorando práticas de sucesso ou verificando a necessidade de continuação do conteúdo trabalhado. Também decorre desse processo, os apontamentos referentes às necessidades educacionais das crianças e adolescentes, sendo discutidas as situações ocorridas e estipulada qual intervenção deverá ser feita. Dependendo da situação, os casos são resolvidos no próprio núcleo pela equipe de educadores ou encaminha-se para o Serviço Social entrar em contato com a família e a escola, buscando-se possíveis soluções e estratégias de atendimento.

Ao final das oficinas os educandos avaliam as atividades desenvolvidas, esta avaliação do grupo das crianças e dos adolescentes é extremamente importante para o planejamento de novas ações educativas estimulantes e participativas. Ao ouvirmos suas vontades, seus desejos, suas experiências fazemos com que sejam protagonistas da ação pedagógica e não apenas receptores de conhecimentos que fogem de suas expectativas e realidade. Nesse contexto, Brandão (1981) ao explicar o que é o método Paulo Freire destaca:

[...] Paulo freire pensou que um método de educação construído em cima da idéia de um diálogo entre educador e educando, onde há sempre partes de cada um no outro, não poderia começar com o educador trazendo pronto, do seu mundo, do seu saber [...] um dos pressupostos do método é a idéia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor, não pode ser imposta [...] (p.21-22).

Deste modo, todo o processo de interação com as crianças e adolescentes do Núcleo São José foi fundamental para que o Serviço Social demarcasse também a atuação como mediador da relação projeto/escola/família, na qual apresentaremos no próximo item.

3.4 O Serviço Social como Mediador: educação interativa entre projeto social, famílias e escola

De acordo com Pontes (1997) a mediação permite ao Serviço Social o caráter da competência teórico-crítica e técnico-operativa, pois é um diferencial na intervenção. Fazer essa interlocução implica que o profissional “capture” no próprio cotidiano do seu fazer profissional a interferência de forças sociais, percebendo esta relação concreta entre: singular e universal. Ao fazer a mediação o profissional vê o problema, faz a sua relação com os processos sociais mais amplos (seja sociais, econômicos, políticos e culturais) e daí se apropria do objeto de intervenção, para agir com competência. Apropriando-se da realidade de vida dos usuários, de seus serviços, a fim de desvelar a sua sistemática de vida, realizando uma intervenção coerente e compromissada com o projeto profissional da categoria.

O Serviço Social como mediador na integração do Projeto Social com as Famílias e a Escola da Comunidade do Sertão do Imarui foi o objeto de intervenção profissional durante a prática no campo de estágio, no qual objetivou integrar o Projeto com as Famílias e a Escola da Comunidade e contribuir no desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes inseridos no “Programa Campeões da Vida” do Instituto Guga Kuerten. Os objetivos específicos desse projeto de intervenção constituíram-se em:

- Intervir como mediadora com vistas a aproximar o Projeto da família e da Escola;
- Integrar e interagir com a equipe multiprofissional do Núcleo São José contribuindo para a eficácia de sua atuação;
- Colaborar com a Escola no sentido de monitorar o comprometimento educacional dos alunos;
- Conhecer as especificidades das famílias para propor estratégias de enfrentamento de possíveis problemáticas sociais;

Para a materialização desses objetivos foram utilizados procedimentos operacionais pertinentes à atuação do profissional do Serviço Social como: reunião com os pais ou

responsáveis, reuniões com os representantes da Escola e com a equipe interprofissional do IGK, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, organização e coordenação de eventos especiais como a “Semana da Família no Projeto”.

A primeira reunião⁹ realizada com os pais ou responsáveis das crianças e adolescentes do Núcleo São José teve a finalidade de apresentar o “Programa Campeões da Vida” e as oficinas que o compõe, de integrar o núcleo, a escola e a família e também esclarecer as áreas de atuação do projeto. Ainda, oportunizar uma maior aproximação dos pais ou responsáveis com a equipe, com os profissionais do Núcleo. Foi desenvolvida pelo Serviço Social a organização (convites, materiais necessários, local, autorização da escola, roteiro e dinâmica de apresentação) e coordenação da reunião.

Diferente das reuniões de pais que as escolas costumam realizar, nas quais priorizam o momento para ressaltar aspectos negativos dos alunos, prática extremamente desmotivadora para a família, esta reunião foi organizada com o propósito de ouvir os pais, de forma descontraída e informal, como podemos verificar em trechos do relatório desta reunião:

[...] apresentei a proposta de estarmos conhecendo um pouco de cada pai ou responsável presente através de uma dinâmica denominada por nós como “Teia da Integração”. Expliquei que o objetivo desta dinâmica era o de conhecê-los melhor e a partir daquele momento estar integrando o projeto, a escola e a família. Convidei então, as estagiárias da psicologia para dar início à atividade. Primeiramente, solicitei aos pais ou representantes que se apresentassem, falassem os nomes dos filhos e apontassem um aspecto positivo do projeto e também algo que pode melhorar no Núcleo São José. Para esta dinâmica foi utilizado um carretel de barbante, no qual cada um que se apresentava segurava no barbante e em seguida passava sem uma ordem específica para o outro [...] Dentre os diversos aspectos pontuados, foi possível observar a satisfação de todos com o projeto, destacaram a importância do projeto na comunidade do Sertão do Imarui, no qual nunca foi disponibilizado um espaço para o esporte e lazer das crianças e dos adolescentes. Todos agradeceram muito, alguns destacaram a melhoria nos estudos, outros no convívio familiar, relataram o carinho e a forma como admiram os educadores. Uma das mães presentes relatou que o filho perdeu o pai recentemente e que o projeto está colaborando muito para a superação dele. Outra relatou que a filha adolescente é muito “rebelde” em casa e que o projeto está proporcionando um progresso grande, além de maior responsabilidade. Todos, sem exceção, elogiaram os educadores e o

⁹ Reunião realizada dia 10 de abril de 2008, na Escola Estadual Básica José Matias Zimmermann, com a presença da equipe multiprofissional do Núcleo São José (o Supervisor Esportivo e Pedagógico, o Técnico de “Tênis” e os estagiários da Educação Física, Psicologia, Biblioteconomia e Serviço Social), da Pedagoga, do Coordenador Esportivo do IGK, da Supervisora Social e Pedagógica, da diretora e uma das professoras da escola. Compareceram trinta pais ou responsáveis e também uma convidada especial, assistente social e especialista em libras, na qual foi convidada para auxiliar na interpretação de toda a reunião para uma das mães com deficiência auditiva.

desenvolvimento do projeto, principalmente as aulas de tênis que incentiva muito os filhos a praticarem esporte. Uma das professoras da escola presente na reunião ressaltou o quanto o projeto está contribuindo para o bom comportamento dentro da sala de aula [...] No final das apresentações, todos os profissionais também seguraram no barbante, no qual no meio da roda formou-se uma espécie de “teia” e a estagiária da psicologia explicou o sentido da dinâmica. Enfatizou a importância da integração e também da união de todos para obtermos bons resultados, que na educação das crianças e adolescentes, a família, a escola e o projeto se complementam [...] (Relatório Específico de Atividade nº.5).

Segue a ilustração do momento da dinâmica de apresentação dos pais durante a reunião:



Figura 03 – Fotografia da Primeira Reunião com Pais do Núcleo São José.
Fonte: Arquivo Fotográfico IGK, 2008.

Essa reunião possibilitou observar o grande envolvimento dos pais e principalmente a avaliação deles com relação ao projeto. Toda a organização da reunião afirmou o olhar específico da profissão, principalmente quando permitiu a inclusão de uma mãe com deficiência auditiva na reunião. Durante a coordenação foi fundamental demonstrar a capacidade e habilidade de atuação do Assistente Social, assim como apresentar a categoria e suas reais competências de modo a contribuir para o esclarecimento da profissão, quem é e o que faz o Assistente Social.

Nas reuniões com as representantes da Escola José Matias Zimmermann, diretora e orientadora pedagógica, os aspectos discutidos sempre estiveram relacionados aos educandos, à inclusão no projeto, aos seus comportamentos, suas especificidades e questões observadas nas visitas domiciliares. A finalidade maior desta interação projeto/escola, foi a de levar para

a escola e para a equipe profissional do Núcleo São José informações importantes e pertinentes ao desenvolvimento educacional das crianças e adolescentes a partir da percepção do Serviço Social.

Os encontros com a direção da Escola também proporcionaram a participação direta no processo de inclusão social de educandos com deficiência no projeto/ Núcleo São José, no qual foi solicitado pela escola e coube a estagiária fazer as visitas domiciliares para conhecer as particularidades destes e verificar junto à equipe profissional as possibilidades de inserção nas atividades esportivas e pedagógicas do núcleo. Com relação a este processo podemos ressaltar parte do relatório de visita à Escola José Matias Zimmermann, onde em reunião com a diretora:

[...] Inicialmente destaquei que o Coordenador do projeto havia informado sobre a abertura de três vagas especiais para a inserção no núcleo, porém enfatizei que não tínhamos detalhes da real situação destas crianças, nos quais são fundamentais para a análise das possibilidades de inclusão no Programa Campeões da Vida. A diretora então esclareceu as especificidades dos três alunos indicados às vagas: um menino de nove anos de idade com Síndrome de Down, outro com deficiência mental parcial e também um menino com deficiência física, cadeirante. Pediu que a acompanhasse até a sala onde estava em acompanhamento psicopedagógico o aluno com deficiência mental parcial [...] fui apresentada também para o outro aluno, este com Síndrome de Down [...] Com relação ao terceiro menino com deficiência física, não foi possível conhecê-lo, pois não estava em aula naquele momento. Então, indaguei a diretora e também a orientadora pedagógica sobre as reais condições físicas do aluno. Elas explicaram que ele utiliza a cadeira de rodas e também consegue se locomover com o auxílio de muletas, porém muito lentamente. Nesse momento pensei em todo o espaço utilizado para as oficinas dentro da Eletrosul e percebi a grande dificuldade de inserção deste menino num espaço totalmente desapropriado para o seu deslocamento. Expliquei todo o funcionamento do projeto, da caminhada de pelo menos dez minutos da entrada da instituição até as quadras e o local onde desenvolvemos as atividades, das grandes escadarias para o acesso as quadras esportivas e também de todo o aspecto acidentado do terreno [...] Destaquei que a princípio seriam estas as dificuldades, porém estaria levando a questão para os coordenadores do projeto para pensarmos e estudarmos juntos as possibilidades ou de repente novas estratégias para a inclusão deste aluno [...] (Relatório de Atividade Específica nº. 6).

No processo de interação com essa escola, foi perceptível o desconhecimento por parte da instituição do contexto sócio-familiar que envolve os estudantes e ainda a insuficiência de informações dos educandos com deficiência, subsídios essenciais para a prática pedagógica dos profissionais que a integram. Como o objetivo foi de incluir estes educandos no Núcleo

São José, o Serviço Social realizou o contato com as famílias para obtenção de dados fundamentais para o desenvolvimento de ações que efetivassem realmente a inclusão.

Nesse relato percebe-se mais um grande desafio profissional na área Educação, no qual o olhar do Serviço Social é fundamental para que a inclusão social se efetive, ou seja, o quanto é importante pensar constantemente nos princípios que norteiam a ação profissional, dentre estes o comprometimento na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças com as crianças e adolescentes.

A interação com a escola/projeto/família tem a função de formar integralmente estas crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento das aprendizagens essenciais para o exercício consciente da cidadania, fazendo com que os educandos tenham como meta à construção de seu projeto de vida e uma participação na vida da comunidade. Esta ação em conjunto, busca desenvolver valores e atitudes nos educandos confirmando, ampliando e transformando, o que eles sabem e o que podem aprender, num processo de aprendizagem, de troca, de diálogo entre educador e educando.

Portanto, nessa experiência, verificamos que o Serviço Social posicionou-se como mediador destes eixos (Escola, Família e Projeto), com o objetivo principal de estreitar estas relações, de inclusão social, de cidadania, para em conjunto colaborar de forma complementar ao desenvolvimento sócio-educativo das crianças e adolescentes, seja no âmbito escolar ou em projetos sociais complementares à escola.

Um dos instrumentais de trabalho do Serviço Social que facilita o processo de medição é a visita domiciliar. Para Sarmiento (2005),

A visita domiciliar como um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário as suas dificuldades e, não o que já sabe que são pobres, que brigam, que bebem, etc..) e, que tem como ponto de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados) onde se exerce um papel educativo (colocando o saber técnico a disposição) de reflexão sobre a qualidade de vida (p.44).

As visitas domiciliares desenvolvidas pelo Serviço Social no IGK são realizadas a partir das demandas observadas durante as atividades sócio-educativas e em casos específicos pontuados pela escola. Os objetivos destas visitas são os de conhecer a história, a dinâmica

familiar, verificar as particularidades apresentadas pelos educandos e reforçar a metodologia do projeto. A partir da obtenção de informações através das entrevistas semi-estruturadas, da escuta social qualificada e da atitude investigativa, são feitos os encaminhamentos sociais assim como levantamento dos aspectos fundamentais para o trabalho interdisciplinar e pedagógico da equipe multiprofissional. Este instrumento proporciona maior aproximação das famílias com o projeto e reforça o comprometimento e a importância da relação entre esses segmentos.

Nas reuniões com a equipe do Núcleo São José o Serviço Social demarcou seu papel na equipe apresentando as estratégias de intervenção profissional, discutindo as demandas e expondo as questões importantes observadas nas visitas domiciliares ou institucionais, como fatores emocionais, questões familiares, violência doméstica, dificuldades físicas e intelectuais, carências afetivas, sobre a questão da adoção, enfim, aspectos fundamentais para o conhecimento e atuação dos demais profissionais.

A citação a seguir, consiste em partes da descrição do relatório de uma das visitas domiciliares realizadas pela estagiária do Serviço Social, que proporcionou a compreensão detalhada da deficiência e do contexto sócio-familiar de um dos educandos inseridos no Núcleo São José.

[...] a mãe A... falou que o A.G. nasceu com hidrocefalia, também conhecida vulgarmente como "água na cabeça", é uma condição na qual há líquido cérebro-espinhal (líquor) em excesso ao redor do cérebro e da medula [...] Esta deficiência comprometeu a parte motora de A.G., por este motivo ele recentemente deixou a cadeira de rodas e ainda possui dificuldades motoras na região do lado direito do corpo. A mãe também destacou que há um pequeno retardo mental, porém tem a capacidade de memorização e compreende normalmente tudo, consegue falar com clareza. Ressaltou a sua preocupação com o desenvolvimento escolar, pois ele não tem um auxílio individual em sala de aula, segundo ela a escola só o passa de ano pela idade [...] no ano passado sofreu muita discriminação na escola [...] por várias vezes esteve na escola e percebeu que a professora não contribuía para o desenvolvimento escolar de A.G.[...] quanto ao motivo da deficiência, relatou que quando estava com quatro meses de gestação recebeu do ex-marido nove golpes de facadas na região abdominal. Disse que estava cansada das agressões, pediu a separação [...] o ex-marido continuou bebendo muito, a agredindo constantemente, inclusive perdeu uma filha, pois foi jogada por ele de uma escadaria quando estava grávida desta. Há quatro anos ele faleceu de cirrose e como estava trabalhando numa empresa deixou para ela um seguro de vida, no qual proporcionou seu deslocamento para o atual bairro e a compra da casa própria [...] (Relatório de Atividade Específica nº. 7).

Com base neste relato, percebe-se o quanto às transformações sociais contemporâneas alteram os modelos tradicionais de família, modificando não só a estrutura e a dinâmica de seu funcionamento e organização, mas também as relações e a forma de convivência no ambiente doméstico e social dos indivíduos. A partir do que foi revelado nesta visita domiciliar, tornou-se possível perceber as determinações estruturais e conjunturais que incidem na vida dos educandos as quais passam despercebidas no âmbito escolar e muitas vezes são desconsideradas pelos profissionais.

Diante desse contexto, reforçamos o papel primordial do Serviço Social na Educação, uma vez que compreendemos que os sujeitos integram uma realidade sócio-familiar particular, fundamentada em diferentes fatos que envolvem problemáticas sociais. Como ressaltado anteriormente, as expressões da questão social vem ocupando os espaços escolares e interferindo nas relações pedagógicas, faz-se necessário o trabalho interdisciplinar para a construção de estratégias que não destrua a relação escola/educando, ao contrário, que reconstrua uma relação dialógica e interativa entre o contexto social e particular destes.

Na referida situação, a visita domiciliar, como instrumento metodológico do exercício profissional do Serviço Social, possibilitou uma aproximação e análise essenciais para o trabalho com famílias. Segundo Minuchin (1999) a família é entendida pela abordagem sistêmica como um sistema, uma conexão, no qual as partes se relacionam entre si. Há a presença de subsistemas, a modo em que suas partes influenciam uma a outra, pois todo sistema inevitavelmente passa por períodos de estabilidade e mudança. Uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam estas estabilidades e estas mudanças. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros tem contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada.

Assim na visita domiciliar, o diálogo, a entrevista devidamente planejada proporciona ao profissional do Serviço Social uma relação de confiança entre os sujeitos envolvidos, no qual a ética profissional deve permanecer atrelada ao posicionamento, à postura enquanto assistente social. O fato de ser realizada no ambiente domiciliar ou particular, por si já clama por uma série de atenções e considerações éticas, relativas ao direito à privacidade e sigilo profissional.

Deste modo, o processo de trabalho do Serviço Social, de acordo com Iamamoto (1997), é pautado no instrumental técnico-operativo utilizado pelo profissional. Esse

instrumental não compreende apenas o arsenal de técnicas utilizadas para a efetivação do serviço, mas também o arsenal teórico-metodológico (conhecimento, valores, herança cultural, habilidades). Essa base teórico-metodológica é constituída pelos "recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho" (p.43), a fim de iluminar a leitura da realidade, direcionar melhor sua ação e moldá-la. A apropriação do referencial teórico-metodológico, por parte do assistente social, permite-lhe apreender a realidade numa perspectiva de totalidade e construir mediações entre o exercício profissional comprometido e os limites dados pela realidade de atuação.

Até o presente momento consideramos as ações mediadas pelo Serviço Social (no período de estágio): as intervenções nas reuniões com os pais, com os educadores do núcleo, com a escola e nas visitas domiciliares. A realização da “Semana da Família no Projeto” também foi mediada pelo Serviço Social, teve como objetivo aproximar e estreitar as relações do Núcleo São José com as famílias das crianças e adolescentes. Em conjunto com a equipe de educadores foram planejadas atividades favoráveis à participação efetiva dos pais ou responsáveis. Foi possível, através do esporte, da educação, cultura e lazer, reafirmar as relações do núcleo com as famílias dos educandos.

Neste evento observamos a total interação dos familiares com os educandos e com os profissionais, todos demonstraram orgulho de seus filhos ou parentes e estes da mesma forma. Toda a equipe multiprofissional do núcleo esteve empenhada em proporcionar a “Semana da Família” como um momento fundamental para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e não único, pois ficou evidente a necessidade de outros eventos que incluam a família nos planejamentos do projeto. Para as atividades do evento,

[...] planejamos para a oficina cultural o “Teatro sobre o Meio Ambiente”, no qual disponibilizamos diversas fantasias e em dois grupos os educandos trabalharam a criatividade na elaboração das peças e a notoriedade do tema trabalhado desde o início do semestre, o “Meio Ambiente”. Todos os familiares participaram efetivamente da oficina, criaram o teatro juntamente com os educandos e também apresentaram [...] Na oficina de tênis, coordenada pela área da Educação Física, foram desenvolvidas as técnicas do esporte trabalhadas cotidianamente no Núcleo, porém com a presença e participação dos familiares. Observamos o entusiasmo destes com relação à novidade do esporte e o orgulho das crianças e adolescentes em auxiliá-los e demonstrarem suas habilidades no tênis [...] também na oficina cultural, coordenada pelas áreas do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, desenvolvemos uma atividade já realizada anteriormente com os educandos, denominada de “Como eu me vejo?”. Nesta dinâmica os educandos confeccionaram cartazes com diferentes figuras que os representavam como filho, educando, aluno e amigo. Desta forma, pedimos para que todos, com a

presença de alguns pais, apresentassem seus cartazes através da brincadeira semelhante a da “dança da cadeira”, onde quem ficasse de fora teria que apresentar seu cartaz [...] (Relatório de Atividade Específica nº11).

Abaixo temos a ilustração de dois momentos da “Semana da Família”, o primeiro corresponde à abertura das atividades no Núcleo com o círculo inicial, onde realizou-se as apresentações dos participantes, foram expostos os objetivos do evento e o convite às atividades que seriam desenvolvidas com os familiares. Já no outro momento temos o alongamento corporal com os educandos e familiares antes da oficina de tênis.



Figura 04 – Fotografia da “Semana da Família no Núcleo São José”.
Fonte: Arquivo Fotográfico IGK, 2008.

Como o teatro no Núcleo São José é uma atividade que proporciona o envolvimento prazeroso de todos os educandos, incluímos no planejamento da “Semana da Família” para que a oficina cultural decorresse de forma interativa e descontraída entre os pais, educandos e educadores, sem perder o foco de discussão da temática, sobre a educação ambiental.

Não poderíamos deixar de ressaltar a importância dos depoimentos dos pais e educandos participantes da “Semana da Família” neste trabalho. A partir da oficina de tênis, solicitamos aos pais e aos filhos durante o jogo, que avaliassem aquele momento e o significado da “Semana da Família” para ambos. Um dos pais destacou:

“[...] como não tenho muito tempo pra ficar com meu filho, hoje estou tendo, estou mais próximo dele, pra mim está sendo ótimo brincar com ele aqui...aproxima mais[...]”(Relatório de Atividade Específica nº11).

Em seguida, ouvimos a avaliação de seu filho de 11 anos de idade:

“[...] Pra mim é o melhor dia do projeto, da minha vida, por que estou com meu pai aqui comigo, jogando com ele [...]” (Relatório de Atividade Específica nº11).

Durante o intervalo entre as oficinas foi possível observar maior aproximação dos familiares com as crianças e adolescentes e com a equipe do Núcleo São José. Alguns indagaram o comportamento dos filhos e outros avaliaram positivamente as atividades desenvolvidas, dentre as falas pode-se destacar o entusiasmo de uma das mães presentes:

“[...] nossa esse projeto é tudo de bom, deveria é ter para os pais também né?[...]” (Relatório de Atividade Específica nº11).

Outra mãe falou da importância do projeto para a filha:

“[...] minha filha acorda cedinho pra vir pro projeto e seu não chamo ela, meu Deus, ela chora e reclama o dia todo, é muito bom, ela adora e agora eu to vendo como é legal mesmo [...]”(Relatório de Atividade Específica nº11).

Também durante o intervalo, algumas mães e pais jogaram futebol com os educandos, demonstrando total interação com os filhos e seus colegas. Observando o jogo, sentada ao balanço do parque, a tia de um dos adolescentes falou:

“[...] que lugar lindo aqui, (referindo-se ao espaço cedido pela Eletrosul-SJ) nossa é tudo muito bom, nesse bairro não tem nada pra se fazer e isso aqui é tudo pra eles, todos os professores são muito legais, queridos...olha vocês estão de parabéns...é bom saber que meu sobrinho tem tantos amigos queridos [...]” (Relatório de Atividade Específica nº11).

A “Semana da Família” foi realizada nos quatro núcleos do IGK, foi um evento que promoveu momentos de aproximação e interatividade entre os pais, educandos, amigos e educadores. É uma ação que pode e deve ser planejada pelas instituições de ensino a fim de democratizar o espaço escolar, envolver a família e a comunidade em momentos culturais e

esportivos, uma vez que as comunidades onde estão inseridas as escolas públicas geralmente carecem de espaços e ações como esta.

Os fragmentos dos relatórios de atividades específicas foram apresentados para explicitar a acuidade do Serviço Social como mediador e reforçar a importância de uma educação interativa entre projeto social, famílias e escola. São ações desenvolvidas por este profissional em conjunto com uma equipe multiprofissional que podem ser efetivadas tanto em ações educativas complementares como também no interior das instituições de ensino. Nessa perspectiva, Fleuri (2008) enfatiza que educar é ativar a interação entre as pessoas, é construir mediações e interação entre contextos, famílias, comunidades, escolas, entre os diferentes contextos subjetivos, sociais e culturais.

3.5 O Reconhecimento do Serviço Social: avaliação da equipe profissional

No processo de integração à equipe multiprofissional do Núcleo São José, no período de estágio curricular, observou-se o desconhecimento de alguns dos profissionais das demais áreas quanto ao exercício profissional do Serviço Social, pois até o momento não havia estagiária dessa área neste núcleo do Instituto Guga Kuerten. A partir do trabalho interdisciplinar desenvolvido no núcleo, conforme descrito anteriormente, o Serviço Social demarcou sua atuação voltada para uma prática comprometida com os educadores, educandos, famílias e escola.

Durante todas as atividades realizadas, foi efetiva a participação da estagiária, seja nas ações sócio-educativas ou nas reuniões com a equipe profissional, houve total interação e troca de saberes essenciais para o desenvolvimento dos trabalhos. No entanto, percebeu-se certas divergências de alguns profissionais quanto ao posicionamento do Serviço Social em determinadas situações, nas quais o olhar amplo desse profissional sempre esteve atento aos esclarecimentos, compreensão das especificidades e inclusão social dos educandos.

Especialmente nas reuniões com os profissionais deste núcleo, o Serviço Social teve a preocupação de pontuar aspectos importantes das visitas domiciliares, com o propósito de contribuir para a atuação enquanto equipe e enquanto área específica. Foram momentos de discussões fundamentais para a efetividade do trabalho interdisciplinar, na busca de possíveis soluções para as problemáticas apresentadas e de maior apreensão das particularidades das

crianças e adolescentes. Percebeu-se que nessas reuniões, tanto os relatos das visitas domiciliares quanto os das visitas à escola, ocasionavam vários questionamentos e surpreendiam a equipe.

Com o propósito de identificar a efetividade dos objetivos específicos do projeto de intervenção do Serviço Social, foi lançado à equipe multiprofissional o questionamento acerca da compreensão que tinham quanto à atuação e a contribuição do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional do Instituto Guga Kuerten, especificamente no Núcleo São José.

Apresentou-se sob a forma de uma única questão (de caráter aberto e descritivo) em um momento de avaliação, programado para a última participação em reunião, a seguinte questão: ***“De que forma a atuação profissional do Serviço Social contribuiu ou não para o trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes do Núcleo São José?”***.

Responderam por escrito a avaliação os educadores que compunham o Núcleo São José, das áreas da Biblioteconomia, Educação Física, Psicologia, Pedagogia e do Tênis, totalizando sete avaliações. As referidas respostas possibilitaram ampliar nossas reflexões sobre o exercício profissional em um espaço educativo principalmente quanto à responsabilidade ética e posicionamento político frente à equipe do núcleo.

Como método para a compreensão e apreciação das respostas obtidas, utilizamos como procedimento metodológico de caráter qualitativo a técnica de análise de conteúdo (AC), na qual busca-se analisar e fazer inferências acerca das sete avaliações. A análise de conteúdo para Bardin (1977) é entendida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (p.34).

Ao destacarmos um conjunto de categorias ou subcategorias de determinado conteúdo a ser analisado, para esta autora, pretendemos:

[...] tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido. Isso pode constituir um primeiro passo, obedecendo ao princípio de objetividade e racionalizando através de

números e percentagem, uma interpretação que, sem ela, teria de ser sujeita a aval. É o método das categorias, espécie de gavetas ou rubricas significativas que permitem a classificação dos elementos de significação constitutivas, da mensagem [...] (Bardin, 1977, p.37).

A partir da leitura inicial das respostas dos educadores, foi possível observar que as avaliações foram afirmativas quanto à contribuição da atuação do Serviço Social para com o trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes. Portanto, por já estar explícita na própria questão, e implícita nas sete respostas, para o processo de análise de conteúdo selecionamos como categoria principal o **trabalho interdisciplinar** e como subcategorias extraídas das avaliações destacamos:

- As informações sobre a realidade social;
- Necessidade e importância do Serviço Social;
- O olhar específico desta profissão;
- A mediação profissional e a ética profissional.

No trabalho interdisciplinar, o olhar e a postura ética do Serviço Social frente à realidade sócio-familiar dos educandos foram fundamentais na mediação das relações do Núcleo São José com as famílias e a escola. Como abordamos no terceiro item desta seção, esta categoria constitui-se na integração e interação entre os profissionais de diferentes áreas do conhecimento.

Para Severino (2007), a interdisciplinaridade implica, no plano prático-operacional, o estabelecimento de mecanismos e estratégias de efetivação do diálogo entre as áreas do conhecimento, não basta à justaposição de disciplinas, se não houver em ação um processo vivificador de discussão. Para este autor, a Educação é, “[...] o exemplo dos mais evidentes, da necessidade de uma abordagem interdisciplinar, seja como objeto de conhecimento e de pesquisa, seja como espaço de intervenção sociocultural [...]” (p.20).

No processo de identificação das subcategorias, inicialmente destacamos trechos significativos das respostas, unidades de registro em sete quadros que contribuíram para melhor análise da categoria e do estudo (Apêndice B).

No quadro a seguir enfatizamos as unidades de frequência das subcategorias evidenciadas nas sete avaliações dos educadores do Núcleo São José.

Quadro de Categoria – Unidades de Frequência das Subcategorias

Categoria: Trabalho Interdisciplinar	Avaliações							
Subcategorias	01	02	03	04	05	06	07	Total subcat.
A - Informações sobre a realidade social	1	1	1	0	1	1	1	6
B – Necessidade e importância do Serviço Social	0	1	1	1	0	1	0	4
C - O olhar específico da profissão	0	1	0	0	1	1	0	3
D - A mediação profissional	0	1	0	0	0	1	0	2
E – Ética profissional	0	0	1	0	0	0	0	1
Total de subcategorias por avaliação:	1	4	3	1	2	4	1	-

Fonte: Elaboração autora, 2008.

Os dados do quadro evidenciam que seis dos profissionais destacaram como um dos aspectos contribuintes para o trabalho interdisciplinar no Núcleo São José às informações sobre a realidade social das crianças e adolescentes integrantes deste núcleo assinaladas pelo Serviço Social. Esta subcategoria (A) é bem explícita especificamente na avaliação 07 quando o profissional ressalta que o Serviço Social contribuiu:

“[...] trazendo as informações necessárias de como é a realidade dessas crianças com seus familiares, facilitando assim a aplicação e convívio das atividades com as mesmas.”

No entanto, na avaliação 01 o profissional conseguiu identificar a partir do trabalho interdisciplinar com a estagiária quais informações são estas, quando descreve que o Assistente Social:

“[...] tem a capacidade e habilitação para levantar a fundo as condições sociais, econômicas, educacional tanto do educando que está participando do projeto quanto dos seus pais e responsáveis”.

A confirmação desta subcategoria (A) em seis das sete avaliações nos remete a uma reflexão sobre o nosso objeto de trabalho: a questão social. Enquanto profissionais do Serviço Social sabemos que na complexidade do cotidiano estão presentes as diferentes realidades, assim como a alienação do indivíduo e a ideologia da classe dominante. O papel do Estado configura-se de diferentes formas a partir de modificações econômicas e políticas na sociedade, como contextualizamos na primeira seção, a política neoliberal vem reforçando a precariedade das políticas públicas e o agravamento da questão social. Essas transformações incidem diretamente na realidade social da população e consequentemente, atravessam as instituições de ensino de caráter formal ou não.

Para Duarte (2002), a realidade social é o conjunto das diferentes formas de cada homem pensar e agir no seu cotidiano. No entanto, para compreendê-la é indispensável uma reflexão sobre tudo o que acontece na sociedade, as modificações históricas, econômicas e sociais, onde cada indivíduo vive uma realidade particular inserido num mesmo contexto social.

O Assistente Social como profissional habilitado para o exercício direto na realidade social e no enfrentamento das expressões da questão social, na ocupação cada vez maior em equipes multidisciplinares, tende a desenvolver um trabalho específico e comprometido com a interdisciplinaridade, uma vez que socializa a equipe o contexto social dos usuários para a busca de soluções conjuntas visando sempre à concretização dos direitos sociais.

Referente à segunda subcategoria (B) demonstrada no quadro, quatro dos educadores enfatizaram a importância e a necessidade do profissional do Serviço Social como integrante de uma equipe multiprofissional. Nas avaliações 04 e 06, os profissionais destacam que o trabalho interdisciplinar facilita todo o processo educativo e de desenvolvimento das crianças e adolescentes inseridos no projeto. Numa perspectiva ampla sobre a atuação indispensável do Serviço Social, na avaliação 06 esta subcategoria (B) é ressaltada da seguinte forma:

“Não somente no projeto mais em toda a sociedade, o profissional do Serviço Social é de suma importância, para o desenvolvimento e a integração das crianças e dos adolescentes no projeto. É perceptível o trabalho e a dedicação deste profissional visto que, ele nos socializa informações que nos possibilita o saber educar, o saber interagir com os educandos no desenvolvimento e na interação deste ser, na sociedade em que vivemos [...]”.

Já na avaliação 02, a mesma subcategoria (B) é visível na seguinte frase:

“[...] Com seu trabalho conseguiu responder algumas questões que as outras áreas tinham, fazendo-se necessário e de muita importância o trabalho do Serviço Social [...]”.

É de extrema relevância ressaltar estes trechos que confirmam esta subcategoria (B) no trabalho interdisciplinar. O Serviço Social é um profissional de grande importância, está habilitado e capacitado para ocupar diferentes espaços institucionais na sociedade, dentre estes na área educacional, onde pode desenvolver competências teórico-metodológicas e técnico-operativas, a partir de um conjunto de instrumentais pertinentes ao exercício

profissional como explicitamos na seção anterior previstas no Parecer Jurídico do CFESS 23/00 2000 e nesta quando destacamos a atuação do Serviço Social no Instituto Guga Kuerten.

Entretanto, a atuação profissional no âmbito educacional não se limita a estas ações, é um campo inovador e desafiador, ao qual exige criatividade e um profissional propositivo frente às demandas.

Percebe-se que a importância do Serviço Social na Educação foi reconhecida pelos educadores da equipe, a intervenção profissional no período de estágio, as reuniões com os profissionais do núcleo e da escola, demonstraram o papel e a especificidade do Serviço Social na Educação e ações complementares.

Mais que contribuir com as particularidades de cada área de conhecimento, o assistente social é um profissional que contribui também na interação entre educadores e educandos, entre a escola/projeto e o contexto social das crianças e adolescentes, com vistas a garantir o direito à educação, ao acesso, a qualidade e permanência nas escolas.

Com relação à subcategoria (C) olhar profissional do Serviço Social, três dos sete educadores ressaltaram em suas respostas a ampla visão social desse profissional, como podemos verificar nas avaliações 02, 05 e 06, nas quais pontuam que o conhecimento específico do Serviço Social enquanto integrante de uma equipe multiprofissional contribui para ampliar a visão e compreensão sobre as problemáticas que envolvem a realidade social dos educandos, como é possível observar nos seguintes fragmentos:

“[...] nos dá uma outra visão social em relação às atividades, o modo de lidar com as crianças e assim observar e incluir o educando conhecendo a vida da criança fora da escola e projeto [...]” (avaliação 02).

“O conhecimento do Serviço Social possibilitou, juntamente com as outras disciplinas, ampliar a visão e a compreensão sobre os fenômenos que se apresentaram durante o estágio [...]” (avaliação 05).

“[...] seu olhar instigava comportamentos que muitos profissionais que ali trabalhavam a interdisciplinaridade passavam por despercebido [...]” (avaliação 06).

No trabalho interdisciplinar cada área expõe o conhecimento a partir do olhar específico da profissão, com vistas a um conjunto de estratégias para o desenvolvimento do

trabalho em equipe. Resumidamente, o profissional da Educação física contribui com suas habilidades técnicas sobre o exercício físico, a Pedagogia com atividades pedagógicas lúdicas e criativas, a Psicologia com o conhecimento científico sobre as questões emocionais dos educandos, e assim sucessivamente entre os diferentes profissionais que integram equipes multidisciplinares.

Exemplificando fica claro, que cada uma das profissões que ocupam as instituições de ensino tem suas especificidades de atuação e o seu olhar, de modo que a visão do Serviço Social ultrapassa os muros escolares e os espaços institucionais educativos. O contexto familiar e social dos educandos ao ser compreendido por este profissional contribui na complementaridade e ampliação dos olhares para além dos conhecimentos técnicos da equipe, efetivando desta forma a interdisciplinaridade, uma vez que é indispensável à troca e interação entre os profissionais.

O olhar do Serviço Social na Educação pode ainda colaborar nos planejamentos das ações a serem desenvolvidas no cotidiano escolar. Através do conhecimento da realidade social da comunidade local, propor atividades que envolvam esta realidade, que envolvam o cotidiano extra-escolar dos educandos, que os instigue a discussão sobre a sua realidade, que integre a família, a escola e a comunidade, que os torne participativos de uma educação democrática com qualidade.

As subcategorias (A, B e C) analisadas até o momento estão relacionadas aos objetivos específicos do projeto de intervenção profissional desenvolvido no campo de estágio, assim como a mediação nas relações entre o Núcleo São José e as famílias dos educandos. Nas avaliações 02 e 06, a subcategoria (D) mediação aparece intrínseca ao verbo “ligar” utilizado pelos profissionais, como podemos observar:

“O trabalho do Serviço Social é de extrema importância pelo fato de dar um suporte, **ligando** o projeto com a família [...]” (avaliação 02).

“[...] o profissional da área do Serviço Social **faz o elo de ligação** do ambiente onde o educando está inserido para o convívio e desenvolvimento do mesmo no projeto[...]” (avaliação 06).

A subcategoria (D) mediação, conforme citamos no item anterior, constitui o cotidiano e a prática profissional do Serviço Social, para Falcão (1987) “o assistente social é um dos mediadores privilegiados na relação entre população dominada, oprimida ou excluída, e o

Estado [...]” (p.51). Para esta autora o Serviço Social desenvolve atividades mediadoras em dois níveis: em relação à passagem da exclusão para a inclusão do usuário, e outro na apreensão da passagem do singular para o coletivo.

Ao fazer a mediação entre o Núcleo São José, Famílias e Escola, o Serviço Social definiu entre os demais profissionais uma atuação que envolveu o conjunto das subcategorias já analisadas, uma vez que seria impossível separá-las, pois o olhar do Serviço Social é de extrema importância para a compreensão e o alcance de informações sobre a realidade social dos educandos que por sua vez contribui na efetivação do trabalho interdisciplinar.

A mediação no cotidiano profissional do Serviço Social é fundamental para que desenvolva suas habilidades teórico-metodológicas e a compreensão entre os diferentes contextos, para que possa articular o singular ao universal na busca incessante da concretização dos direitos.

Foi a partir da mediação profissional no Núcleo São José que os profissionais da Educação Física enfatizaram o esclarecimento da atuação do profissional do Serviço Social pela estagiária, no qual destacaram:

“[...] em relação à estagiária, fez um excelente trabalho conseguindo atingir e **esclarecer a atuação** do Serviço Social perante as atividades [...]” (avaliação 02).

“[...] a estagiária soube aproveitar bem seu estágio, mostrando **o que é o** Serviço Social [...]” (avaliação 03).

A prática profissional do Serviço Social regida pelo Código de Ética Profissional do Assistente Social, ao qual preconiza as relações da categoria com as demais áreas de atuação, no Capítulo III, art. 10, traz enquanto dever o incentivo, sempre que possível, à prática profissional interdisciplinar, de modo a respeitar as normas e princípios éticos das outras profissões. Quanto ao sigilo profissional, no Capítulo V, art.16, ressalta que é direito do Assistente Social proteger o usuário em tudo que se tome conhecimento no decorrer do exercício profissional. “Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.” (Parágrafo único, Código de Ética Profissional do Assistente Social). Segundo Sarmiento (2005),

[...] para apreender a informação, como um potencializador valioso em nossas ações, ela precisa ser concebida como um instrumento que organiza e veicula informações de interesse da população e do assistente social. E a veiculação de informações torna-se elemento essencial, pois possibilita que sejam introduzidos, transmitidos e propagados conteúdos crítico-reflexivos [...] Ela é a condição instrumental que amplia as possibilidades de leitura crítica da realidade, subsidia a reflexão, decisão e ação (p.29).

A postura ética frente à socialização de informações sobre as condições sócio-familiares dos educandos durante as reuniões com os educadores, foi pontuada por apenas um dos profissionais que responderam à avaliação, esta importante subcategoria (E) inerente à atuação profissional aparece no seu relato quando refere-se ao posicionamento da estagiária do Serviço Social:

“[...] soube explorar de maneira muito efetiva a sua área, trazendo informações muito úteis com relação aos educandos. Ao mesmo tempo em que expunha algumas informações necessárias para o planejamento das atividades com relação a alguns cuidados com certos educandos, sempre soube preservar a integridade dos mesmos, repassando de maneira objetiva e **ética** as informações” (avaliação 03).

A análise do quadro nos possibilita ainda verificar o número de subcategorias contextualizadas por avaliação. Segundo os dados, destacam-se as avaliações 02 e 06 com o total de quatro subcategorias ressaltadas por cada um destes profissionais. Para melhor visualização destas avaliações ver apêndice B, onde constam os quadros com as unidades de registro de todas as avaliações.

As subcategorias assinaladas nas avaliações dos educadores do Núcleo São José correspondem à importância e a responsabilidade do Serviço Social frente aos desafios contemporâneos nos diversos espaços ocupacionais, dentre estes na Educação.

A interdisciplinaridade, o trabalho interdisciplinar é uma categoria essencial no âmbito educacional, permite a aproximação de diversos profissionais na busca de um objetivo comum, na construção de estratégias conjuntas para o desenvolvimento e formação de cidadãos. Esta categoria foi fundamental para constataremos a intervenção profissional do Serviço Social no IGK e as possibilidades de atuação nas escolas.

A experiência no Instituto Guga Kuerten possibilitou a apreensão da complexidade que envolve todo o processo educativo, principalmente quanto ao posicionamento dos profissionais em reconhecerem-se como “professores” ou “educadores”. Afinal, esta diferença

faz a diferença neste processo. Permitiu ainda, entendermos o termo “educação” para além do entendimento limitado e institucionalizado, e sim, como um processo contínuo de interação entre as pessoas, entre educadores e educandos.

A formação de grupo neste processo possibilitou a construção coletiva de conhecimentos, uma vez que a interação entre os membros permite a problematização dos interesses individuais e coletivos, e contribui também, para amenizar as relações de poder nas salas de aula ou em outros espaços educativos.

Portanto, todo o trabalho interdisciplinar no Núcleo São José demonstrou que para a efetividade do processo educativo é preciso ultrapassar os métodos conservadores de ensino, porém sem extingui-los. É necessário uma metodologia educacional que estimule o aprendizado, que seja criativa e envolvente, que traga a realidade dos educandos para concretizar este processo nas escolas, sendo que o Serviço Social neste núcleo, confirmou ser uma categoria profissional importante para contribuir nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou, a partir da prática de estágio, durante a formação acadêmica, identificar a importância da inserção do Serviço Social na área da educação. Através do estudo teórico permitiu conhecermos as especificidades da profissão neste âmbito e ainda uma compreensão essencial e ampla da temática para futuras discussões.

Ao propormos o registro da intervenção profissional neste espaço sócio-ocupacional, inicialmente buscou-se uma reflexão teórico-prática a partir de alguns questionamentos, como: O que é educação? O que é educar? Em que se constitui a Política Educacional? Quais os entraves desta política? Qual relação com o Serviço Social? Quais as possibilidades e desafios profissionais nesta área?

Para as questões iniciais as obras dos autores, conhecedores desta ciência como Brandão (2002), Freire (1996), Fleuri (2008), foram fundamentais para a contextualização do tema, uma vez que entendem a educação como um processo amplo das relações sociais e culturais que permeiam a vida dos indivíduos. Então, para refletirmos acerca da atuação do Serviço Social na Educação fez-se necessário compreender o espaço escolar como um ambiente onde expressam-se as diferenças individuais, os interesses divergentes, e por vezes, uma relação antagônica entre as instituições de ensino e as aspirações dos sujeitos que a integram.

Vimos que a Política Educacional, como as demais políticas sociais, vem sofrendo alterações e consequências frente ao afastamento do Estado e a intensificação da ideologia neoliberal, que visa o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. A intervenção governamental é mínima quanto aos serviços sociais, à questão social envolve a parcela menos favorecida e a sociedade civil organizada cria estratégias para o enfrentamento das problemáticas sociais ao mesmo tempo em que complementam a fragmentação das atuais políticas públicas do Estado.

No sistema capitalista a Educação como direito social tem sua gênese a partir das relações entre Estado/capital/trabalho, no caso brasileiro foi um dos poucos direitos sociais universais legitimados antes da Constituição de 1988, período de redemocratização no país. No entanto, mesmo com importantes alterações legislativas a Política Educacional brasileira enfrenta dificuldades quanto à efetividade ao acesso e a permanência no ensino público de qualidade.

Ressaltamos que a insuficiência e a ineficácia das políticas sociais frente à questão social refletem diretamente nos sistemas de ensino público e desafia os profissionais que compreendem este espaço. Deste modo, o Serviço Social como integrante de uma equipe multiprofissional na área da educação vem contribuir, com suas habilidades e competências intrínsecas da categoria, no enfrentamento das expressões da questão social, visto que é um profissional com especificidades para reconhecer a realidade social dos usuários, e atuar no sentido de contribuir para a concretização dos direitos e garantia da cidadania.

O Serviço Social é uma profissão marcada por um caráter contraditório, assim como a Educação, ambos produto das relações capitalistas e dos interesses da classe dominante. No entanto, o processo de intervenção profissional vem sofrendo um redimensionamento frente às transformações societárias e o posicionamento do Estado acerca das políticas públicas. As mudanças econômicas e sociais impulsionam novos campos de trabalho para os assistentes sociais e alteram os já existentes exigindo um profissional capacitado para as atuais demandas.

A expansão do Terceiro Setor como espaço sócio-ocupacional do Serviço Social vem sendo alvo de crítica por alguns profissionais da categoria, porém é um setor que vem suprimindo as necessidades sociais não sustentadas pelo Estado. A Política Educacional, assim como as demais políticas, estão recebendo apoio complementar deste setor. Apesar do caráter restritivo desenvolvem ações que amenizam as problemáticas sociais ocasionadas pelo sistema econômico excludente e o descaso do Estado quanto à qualidade dos atendimentos.

Portanto, as possibilidades e os desafios de atuação profissional estão postos nas diferentes instâncias, nos quais exige do Serviço Social um posicionamento crítico-propositivo. Com intuito de evidenciarmos tais possibilidades, ressaltamos neste processo de reflexão o exercício da profissão no Instituto Guga Kuerten - como espaço educacional de caráter complementar - que também exige do assistente social novas habilidades.

Ao analisarmos o fazer profissional no IGK, percebemos a importância da inserção da categoria igualmente nas escolas, uma vez que as demandas emergentes necessitam do olhar particular da profissão. A questão social, como destacamos, é objeto de trabalho do Serviço Social e apresenta suas expressões também nas instituições de ensino, implicando no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Expressões que, no cotidiano escolar, denunciam que muitos profissionais encontram-se despreparados para seu enfrentamento, o que acarreta muitas vezes em conflitos com os educandos e seus familiares. Neste sentido, o Serviço Social está apto para contribuir com a escola e consequentemente com o

desenvolvimento sócio-educacional de crianças e adolescentes, já que é um profissional que tem uma visão social ampla, que trabalha com a realidade coletiva e singular.

Como integrante de uma equipe de educadores tende a ampliar o olhar dos demais profissionais acerca do contexto extra-escolar que envolve cada educando contribuindo para a atuação específica de cada profissional. Como mediador os assistentes sociais nas escolas tem importante função, aproximar a família e a comunidade do contexto escolar, da direção, dos educadores, com vistas a democratizar este espaço. A reunião com os pais e a semana da família realizadas no IGK, como relatamos anteriormente, são exemplos de ações que tinham estes objetivos. Como nos indica Fleuri (2008), é preciso fazer das escolas um lugar de inclusão social, de participação ativa dos sujeitos e de renovação metodológica de forma a se repensar nos dispositivos unidirecionais da educação.

O trabalho interdisciplinar na educação é fundamental, pois possibilita a interação com as demais áreas do conhecimento a partir de um objetivo comum. O Serviço Social nas escolas pode contribuir para planejamentos de ações extracurriculares, interdisciplinares, a partir dos interesses e demandas cotidianas dos educandos. As etapas de planejamento, execução e avaliação das atividades devem ser envolventes e participativas, é preciso ouvi-los e torná-los protagonistas no processo educativo.

As avaliações da equipe multiprofissional do Núcleo São José quanto à contribuição do Serviço Social no trabalho interdisciplinar educativo ratificaram a importância da atuação profissional, uma vez que enfatizou-se o comprometimento profissional, a postura ética e reconheceu-se o olhar específico desta profissão como mediador dos eixos projeto, famílias e escola.

Contudo, pergunta-se: Qual o desafio profissional frente às diversas possibilidades de atuação no âmbito educacional?

Diante da atual complexidade da Política Educacional, percebe-se que são vários os desafios, um destes é de conseguirmos fazer do espaço escolar um meio de articulação com as demais políticas sociais, com vistas a não responsabilizar apenas esta instituição na busca pelas possíveis soluções das demandas. Frente às dificuldades da real situação do sistema público de ensino é acreditarmos que uma educação transformadora e de qualidade é possível. É de colaborarmos no resgate da valorização da Escola como espaço interativo quebrando os estigmas existentes. De aflorarmos cotidianamente o nosso caráter político-educativo e a função pedagógica inerente ao Serviço Social. É de repensarmos o fazer profissional

propondo estratégias criativas de atuação na aproximação ética com educadores, educandos, famílias e comunidade.

Assim, as possibilidades e os desafios estão expostos, para que a inserção e atuação do Serviço Social no âmbito educacional ampliem-se é necessário maiores discussões e debates da categoria organizada. É preciso expandir as experiências profissionais existentes nesta área, com o propósito de buscarmos a efetividade da Política Educacional enquanto direito universal e de qualidade aos cidadãos.

Referências Bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira**. PUC/ SP, 2002. p. 43-71

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **“O Serviço Social na educação”**. Revista Inscrita. N. 6. Brasília: CEFESS, 2000a. p19-24.

_____. **“Educação”**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 3. Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000b. p151-163.

_____. **Serviço Social e política educacional**. Um breve balanço dos avanços e desafios desta relação. Palestra proferida no I Encontro de Assistentes Sociais na Área de Educação, no dia 28 de março de 2003 em Belo Horizonte.

_____. **Considerações iniciais para o exame do Processo de Trabalho do Serviço Social**. Em Pauta-Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Rio de Janeiro: UERJ/FSS, novembro de 1995. n. 6.

BACKHAUS, Berenice Beatriz. ***Prática do Serviço Social escolar: uma abordagem interdisciplinar***. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 38, ano 13, abr. 1992, p. 37-55.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. p.01-49.

BEHRING, Elaine e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 2. p. 47-81.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A casa de escola: cultura camponesa e educação rural**. Campinas. Papyrus, 1984.

_____. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 109p.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993.

_____. Decreto nº. 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente/Secretaria dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC,ACS,2005.

_____. Lei nº 9394 de 20/12/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial nº 248 de 23/12/96.

_____. Lei nº 8.742 de 7/12/93. Lei Orgânica da Assistência Social. Diário Oficial de 8/12/93.

BRESSAN, Carla Rosane. **A política social como política de proteção social**. In: Tese de Doutorado: O direito de proteção social não contributiva à infância no Brasil e na França. PUC/SP. 2006. p. 1-25.

CAMARDELO, Ana Maria. **Estado, educação e serviço social: relações e mediações no cotidiano**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Caxias do Sul (RS). In: Serviço Social e Sociedade, n. 46. Ano XV, 1994. p. 138-161.

CARTILHA. Terceiro Setor e OSCIP'S. Disponível em < www.cedac.org.br/oscip >. Acesso em: 20 set.2008.

COELHO, Simone C.T. **O que é o Terceiro Setor**. In: Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo. Senac São Paulo, 2002. p. 57-79.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CEFESS. **Serviço Social na Educação**. In: Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação. Brasília: CEFESS, 2001, p.7-32.

COSTA, Selma Frossard. **O Serviço Social e o Terceiro Setor**. In: Serviço Social em revista. vol. 7. nº 2. jan/jun. 2005. [artigo não paginado].

COUTO, Berenice R. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004. p. 140-182.

DANTAS, Maria Francisca Máximo e SILVA, Sheyla Suely de Souza. **Serviço Social Na Escola: uma intervenção crítica, possível e necessária**. X Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2007.

DUARTE Jr., João Francisco. **O que é Realidade**. 10a. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994. Coleção primeiros passos: 115. p.07-27.

DRAIBE, Sônia Miriam. **O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas**. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP. Editor: QUEIRÓZ, M.S. São Paulo, 1993.

FERNANDEZ ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1989. 252p.

FALEIROS, Vicente de P. **A Política Social do Estado Capitalista: as funções da previdência e da assistência social**. São Paulo, Cortez, 1982, Capítulo 6, p. 43-56.

FLEURI, Reinaldo M. **Entre disciplina e rebeldia na escola**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008. 124p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. EGA, 1996. 165p.

_____. **A Educação na Cidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2006 144p.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. rev. São Paulo: Moraes, 1980. 142p.

GENTILI, Pablo. **Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis RJ. Vozes, 1995. p. 109-136.

GENTILI e SILVA, Pablo e Tomaz T. **Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação: visões críticas**. Petrópolis RJ. Vozes, 1995.

GENTILI e SADER, Pablo e Emir. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995.

GUERRA, Yolanda. **O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 91, ano XXVII. 2007. p. 05-33.

HACKEBART, Juliana Garcia. **Ação Complementar à Escola: Uma estratégia do Instituto Guga Kuerten no desenvolvimento integral de crianças e adolescentes**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

HARTFORD. Margaret E. **Grupos em Serviço Social**. AGIR, 1983. p. 14-42.

HERKENHOFF, M^a. B. L. **Educação e intervenção na realidade: o despertar para possibilidades de mudanças na atenção às crianças e aos adolescentes**. 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2007.

IGK – Instituto Guga Kuerten. Plano de Ação Pedagógica 2008. [documentação interna], 2008. Não paginado.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza: CRESS-CE, 1997.

_____. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista Temporalis – ABEPSS, Ano II, nº3 – 2ª Edição – 2004. p. 9-31.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar 2006. Disponível em < www.inep.gov.br > Acesso em: 15 agost. 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise**. Caderno IPEA nº. 14, fev. 2007.

_____. **Políticas Sociais - acompanhamento e análise. Edição Especial**. Caderno IPEA nº. 13, 2007.

LESSA, Simone E. C. **A Inserção do Assistente Social na Escola: aprofundando o tema para fugir das análises românticas**. 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Foz do Iguaçu, 2007.

LOPES, Eleni Melo Silva. **Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do**

profissional de serviço social no sistema escolar público. 2005. 25 fls. Trabalho Acadêmico – Unesp – Campus de Marília, Marília, 2005.

LIMA, Telma C. S. de. A intervenção profissional do Serviço Social no contexto da Cidadania e dos Direitos: pensando as ações sócio-educativas. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS, 2004.

MELO, Ana Inês Simões Cardoso e ALMEIDA, Gláucia Elaine Silva de. **Interdisciplinaridade: possibilidades e desafios para o trabalho profissional.** In: módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD, 1999. p. 227-239.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres.** Porto Alegre: ARTMED, 1999, p.19-32.

PAZ, R. D. O. **“O que é ONG”.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, nº 54. São Paulo: Editora Cortez. Seção Trocando em Miúdos, 1997. p. 194-202.

PEREIRA, P.A.P. **A política social no contexto da seguridade social e do Welfare State.** In: Revista Serviço Social e Sociedade, n. 56, ano XIX, março de 1998. São Paulo: Cortez, 1998, p. 60-76.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes.** 6. ed. São Paulo: Cortez ; Autores Associados, 1986. 196p.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ROCHA, Cláudia Meireles e SANTANA, Necilda de Moura. **Proposta para implantação do Serviço Social na área da Educação no município do Rio de Janeiro.** I Encontro de Assistentes Sociais na Área da Educação, realizado no dia 28 de março de 2003.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **Historia da educação no Brasil (1930/1973).** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. 267p.

SARMENTO, Hélder B. de M. **Rediscutindo os instrumentos e as técnicas em Serviço social.** In: Textos de teoria e prática de Serviço Social: estágio profissional em Serviço Social na UFPA/ Silvia da Costa Stockinger (org.) – Belém: Ed. Amazônia / UFPA, 2005. p.6-49.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão.** 6ª Edição – São Paulo: Cortez, 2007. 95p.

SOUZA, Patrícia C. **Serviço Social na Educação: o exercício profissional sob as interpretações das profissionais.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

YASBEK, M. C. **Globalização, precarização das relações de trabalho e Seguridade Social.** In: CADERNOS ABONG, 19. Série: Subsídios às Conferências de Assistência Social. São Paulo, 1997 – vol I, p.5-10.

TEIXEIRA, Andréia Maria de Paula. **Reforma e contra-reforma da Previdência Social no Brasil de hoje.** In: Revista Katálysis. Florianópolis. Ed.UFSC, n° 5, 2001. p. 49-62.

TORRES, Carlos Alberto. **Estado, Privatização e Política Educacional: elementos para uma crítica do neoliberalismo.** In: GENTILI, Pablo. Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis RJ. Vozes, 1995. p. 109-136.

VIRGILINO, Suelen. Diário de Campo, abr./jun. 2008. Não paginado. Elaborado na disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio Obrigatório I e II. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

_____, Suelen. Relatórios de Atividades Específicas, nº. 2-5-6-7-11, 2008. Não paginado. Elaborado na disciplina de Supervisão Pedagógica de Estágio Obrigatório I e II. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TRANSCRIÇÃO DAS AVALIAÇÕES

Questão para avaliação: De que forma a atuação profissional do Serviço Social contribuiu ou não para o trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes do Núcleo São José?

Avaliação 01

*“Este profissional **contribui diretamente no trabalho interdisciplinar** realizado em todos os núcleos, uma vez que este **tem a capacidade e habilitação para levantar a fundo as condições sociais, econômicas, educacional tanto do educando que está participando do projeto quanto dos seus pais e responsáveis.**” (Estagiário do Curso de Biblioteconomia)*

Avaliação 02

*“O trabalho do Serviço Social é de extrema importância pelo fato de **dar um suporte, ligando o projeto com a família.** Além do que, **nos dá uma outra visão social** em relação às atividades, o modo de lidar com as crianças e assim **observar e incluir o educando conhecendo a vida da criança fora da escola e projeto.** Em relação a estagiária, fez um excelente trabalho conseguindo atingir e **esclarecer a atuação do Serviço Social** perante as atividades. Com seu trabalho conseguiu responder algumas questões que as outras áreas tinham, **fazendo-se necessário e de muita importância o trabalho do Serviço Social.** Com certeza está preparada para o mercado de trabalho, é de grande importância, uma profissional de alta qualidade perante sua área.” (Estagiário da última fase do Curso de Educação Física da UDESC)*

Avaliação 03

*“A atuação da estagiária em questão foi de grande valia para o trabalho interdisciplinar com as crianças e adolescentes do Núcleo São José. Sua dedicação e disposição acrescentaram de maneira muito positiva ao grupo de educadores. Sempre disposta a auxiliar nas atividades, mesmo não sendo em sua área de domínio a estagiária sempre manteve um ótimo relacionamento com os educadores e era vista pelos educandos como uma **figura de extrema***

importância no projeto. Desde o início de sua participação mostrou-se muito ativa, trazendo grande contribuição da área do Serviço Social para as atividades propostas. A estagiária soube explorar de maneira muito efetiva a sua área, trazendo informações muito úteis com relação aos educandos. Ao mesmo tempo em que expunha algumas informações necessárias para o planejamento das atividades com relação a alguns cuidados com certos educandos, sempre soube preservar a integridade dos mesmos, repassando de maneira objetiva e ética as informações. Enfim, a estagiária soube aproveitar bem seu estágio, mostrando o que é o Serviço Social e com certeza fará falta ao grupo de educadores.” (Estagiário da 7ª fase do Curso de Educação Física da UDESC)

Avaliação 04

“O trabalho interdisciplinar no projeto do Núcleo São José é de grande importância para a facilitação do processo educativo e desempenho das crianças e adolescentes. Sendo assim, a contribuição da profissional do Serviço Social foi de grande importância para esse processo. Contribuindo com os seus conhecimentos para tudo o que era necessário.” (Estagiária da 9ª fase do Curso de Psicologia da UNIVALI)

Avaliação 05

“O conhecimento do Serviço Social possibilitou, juntamente com as outras disciplinas, ampliar a visão e a compreensão sobre os fenômenos que se apresentaram durante o estágio. A forma como o Serviço Social lê e entende os problemas sociais, como constrói alternativas para solucionar estas questões, e como dificuldades apresentadas pelos educandos, de comportamento, de aprendizagem, podem estar relacionadas com o que é vivido em casa, em família.” (Estagiária da 9ª fase do Curso de Psicologia da UNIVALI)

Avaliação 06

“Não somente no projeto mais em toda a sociedade, o profissional do Serviço Social é de suma importância, para o desenvolvimento e a integração das crianças e dos adolescentes no projeto. É perceptível o trabalho e a dedicação deste profissional visto que, ele nos socializa informações que nos possibilita o saber educar, o saber interagir com os educandos no desenvolvimento e na interação deste ser, na sociedade em que vivemos. O

*profissional da área do Serviço Social **faz o elo de ligação** do ambiente onde o educando está inserido para o convívio e desenvolvimento do mesmo no projeto. Ele **nos faz pensar** como podemos contribuir para o desenvolvimento de cada educando, **de como ele pode estar inserido na sociedade nos direitos e deveres que eles possuem**. A profissional do Serviço Social foi muito dedicada e comprometida, com seu trabalho de atuação, preocupada com o bem estar dos educandos, possibilitava meios para que os mesmos pudessem estar inseridos. **Seu olhar** instigava comportamentos que muitos profissionais que ali trabalhavam a interdisciplinaridade passava por despercebido.” (Pedagoga Graduada pela UNIVALI)*

Avaliação 07

*“Ela contribuiu e muito, **trazendo as informações necessárias de como é a realidade dessas crianças com seus familiares**, facilitando assim a aplicação e convívio das atividades com as mesmas.” (Técnico (professor) de Tênis)*

APÊNDICE B - UNIDADES DE CONTEXTO DAS SETE AVALIAÇÕES

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 01

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social	“[...] tem a capacidade e habilitação para levantar a fundo as condições sociais, econômicas, educacional tanto do educando que está participando do projeto quanto dos seus pais e responsáveis”.	1
B - Profissional necessário e importante		0
C - O olhar profissional do Serviço Social		0
D - A mediação profissional entre projeto e famílias		0
E – Ética profissional		0

Fonte: Elaboração autora, 2008.

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 02

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social	[...] o modo de lidar com as crianças e assim observar e incluir o educando conhecendo a vida da criança fora da escola e projeto [...]”.	1
B - Profissional necessário e importante	“[...] Com seu trabalho conseguiu responder algumas questões que as outras áreas tinham, fazendo-se necessário e de muita importância o trabalho do Serviço Social [...]”.	1
C - O olhar profissional do Serviço Social	“[...] nos dá uma outra visão social em relação às atividades, o modo de lidar com as crianças e assim observar e incluir o educando conhecendo a vida da criança fora da escola e projeto [...]”.	1
D - A mediação profissional entre projeto e famílias	“O trabalho do Serviço Social é de extrema importância pelo fato de dar um suporte, ligando o projeto com a família [...]”	1
E – Ética profissional		0

Fonte: Elaboração autora, 2008.

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 03

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social	“[...] A estagiária soube explorar de maneira muito efetiva a sua área, trazendo informações muito úteis com relação aos educandos [...]”.	1
B - Profissional necessário e importante	“[...] uma figura de extrema importância no projeto. Desde o início de sua participação mostrou-se muito ativa, trazendo grande contribuição da área do Serviço Social para as atividades propostas [...]”.	1
C - O olhar profissional do Serviço Social		0
D - A mediação profissional entre projeto e famílias		0
E – Ética profissional	“[...] Ao mesmo tempo em que expunha algumas informações necessárias para o planejamento das atividades com relação a alguns cuidados com certos educandos, sempre soube preservar a integridade dos mesmos, repassando de maneira objetiva e ética as informações [...]”.	1

Fonte: Elaboração autora, 2008.

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 04

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social		0
B - Profissional necessário e importante	“O trabalho interdisciplinar no projeto do Núcleo São José é de grande importância para a facilitação do processo educativo e desempenho das crianças e adolescentes. Sendo assim, a contribuição da profissional do Serviço Social foi de grande importância para esse processo [...]”.	1
C - O olhar profissional do Serviço Social		0
D - A mediação profissional entre projeto e famílias		0
E – Ética profissional		0

Fonte: Elaboração autora, 2008.

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 05

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social	“[...] A forma como o Serviço Social lê e entende os problemas sociais, como constrói alternativas para solucionar estas questões, e como dificuldades apresentadas pelos educandos, de comportamento, de aprendizagem, podem estar relacionadas com o que é vivido em casa, em família.”	1
B - Profissional necessário e importante		0
C - O olhar profissional do Serviço Social	“O conhecimento do Serviço Social possibilitou, juntamente com as outras disciplinas, ampliar a visão e a compreensão sobre os fenômenos que se apresentaram durante o estágio. A forma como o Serviço Social lê e entende os problemas sociais [...]”.	1
D - A mediação profissional entre projeto e famílias		0
E – Ética profissional		0

Fonte: Elaboração autora, 2008.

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 06

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social	“[...] É perceptível o trabalho e a dedicação deste profissional visto que, ele nos socializa informações que nos possibilita o saber educar, o saber interagir com os educandos no desenvolvimento e na interação deste ser, na sociedade em que vivemos [...]”.	1
B - Profissional necessário e importante	“Não somente no projeto mais em toda a sociedade, o profissional do Serviço Social é de suma importância, para o desenvolvimento e a integração das crianças e dos adolescentes no projeto [...]”.	1
C - O olhar profissional do Serviço Social	“[...] seu olhar instigava comportamentos que muitos profissionais que ali trabalhavam a interdisciplinaridade passavam por despercebido [...]”.	1
D - A mediação profissional entre projeto e famílias	“[...] o profissional da área do Serviço Social faz o elo de ligação do ambiente onde o educando está inserido para o convívio e desenvolvimento do mesmo no projeto [...]”.	1
E – Ética profissional		0

Fonte: Elaboração autora, 2008.

CATEGORIA TRABALHO INTERDISCIPLINAR – AVALIAÇÃO 07

Subcategorias	Unidade de Registro/Contexto	Frequência/Ocorrência
A - Informações sobre a realidade social	“[...] trazendo as informações necessárias de como é a realidade dessas crianças com seus familiares, facilitando assim a aplicação e convívio das atividades com as mesmas.”	1
B - Profissional necessário e importante		0
C - O olhar profissional do Serviço Social		0
D - A mediação profissional entre projeto e famílias		0
E – Ética profissional		0

Fonte: Elaboração autora, 2008.